



IPARDES

fundação édison viera

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

**DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO
URBANO NO PARANÁ NA DÉCADA DE 80**

CURITIBA
NOVEMBRO/1986

0-1/86

I59d

IPARDES-Fundação Edison Vieira.

A dinâmica do mercado de trabalho urbano no
Paraná na década de 80. Curitiba, 1986.
70p.

1.Emprego-Paraná-1980-1986. I.Título.

CDU 331.6 (816.2) "1980/86"

IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH - Secretário Geral

DIMAS FLORIANI - Coordenador Técnico

EQUIPE TÉCNICA

Helena Petronilha Rubini Soffiatti (socióloga), Kátia T. Patrício da Silva (socióloga), Rossana Ribeiro Ciminelli (economista) - coordenadora

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Luiza de Fátima Pillatti Lourenço (normalização bibliográfica)

Antônia Schwinden (editoração), Noemi H. B. Perdigão (revisão), Iara Regina Teixeira (desenho), Ana Batista Martins (datilografia), Edson Luiz Rigoni (reprografia)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vii
APRESENTAÇÃO	1
1 AS ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DO EMPREGO NA DÉCADA DE 70 NO PARANÁ	3
1.1 A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	17
2 O EMPREGO NO SETOR INDUSTRIAL PARANAENSE NOS ANOS 80.....	23
2.1 AS PARTICULARIDADES DO EMPREGO INDUSTRIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	30
2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
3 A DINÂMICA DO EMPREGO NO TERCIÁRIO PARANAENSE NOS ANOS 80.....	39
3.1 ESPECIFICIDADES DO EMPREGO NO TERCIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	47
3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
4 A RETOMADA DO CRESCIMENTO E OS REFLEXOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO PARANÁ.....	53
4.1 A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE	53
4.2 OS NOVOS RUMOS DO MERCADO DE TRABALHO URBANO	55
ANEXO	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

LISTA DE TABELAS

1.1	Participação relativa e taxa anual de crescimento da PEA, segundo setor e ramo de atividade, no Paraná - 1970-1980	3
1.2	Participação relativa e taxa anual de crescimento da PEA, segundo setor e ramo de atividade, no Brasil - 1970-1980	4
1.3	Índice de evolução do PIB, por classe e ramo de atividade, no Paraná - 1970-84	5
1.4	Participação relativa e taxa anual de crescimento da PEA, segundo ramo de atividade, no Paraná - 1970-1980	8
1.5	Participação relativa e taxa anual de crescimento da PEA, segundo ramo de atividade, no Brasil - 1970-1980	8
1.6	Valor da transformação industrial, taxa anual de crescimento do VTI e do pessoal ocupado, relação crescimento do emprego/ crescimento do VTI e coeficiente de mão-de-obra, segundo classe e gênero industrial, no Paraná - 1975-1980	10
1.7	Participação dos diferentes grupos no gênero indústria química, no Paraná - 1975-1980	10
1.8	Participação dos diferentes grupos no gênero indústria mecânica, no Paraná - 1975-1980	12
1.9	Pessoal ocupado na indústria, taxa anual de crescimento, participação relativa do pessoal ocupado e capacidade de absorção de mão-de-obra, segundo classe e gênero industrial, no Paraná - 1975-1980	13
1.10	PEA urbana do terciário, segundo classe e ramo de atividade, no Paraná - 1970-1980	14
1.11	População economicamente ativa, segundo setor de atividade, na RMC - 1970-1980	18
1.12	Participação da PEA da RMC no total do Paraná, segundo setor de atividade - 1970-1980	18
1.13	Valor da transformação industrial, taxa anual de crescimento do VTI e do pessoal ocupado, relação crescimento do emprego/ crescimento do VTI e coeficiente de mão-de-obra, segundo classe e gênero industrial, na RMC - 1975-1980	19
1.14	Pessoal ocupado na indústria e taxa anual de crescimento, segundo classe e gênero industrial, na RMC - 1975-1980	20
2.1	Total de estabelecimentos e empregos na indústria, segundo tamanho do estabelecimento, no Paraná - 1980-84	24
2.2	Total de empregos, segundo gêneros industriais, no Paraná - 1980-84	26
2.3	Relação entre o total das pessoas ocupadas e as com carteira assinada na construção civil, no Paraná - 1981-84	27
2.4	Total de empregos, segundo tamanho do estabelecimento, por tipo de indústria, no Paraná - 1980-1984	28
2.5	Total de estabelecimentos, segundo tamanho do estabelecimento, por tipo de indústria, no Paraná - 1980-1984	28
2.6	Total de estabelecimentos e empregos na indústria madeireira, segundo tamanho do estabelecimento, no Paraná - 1980-1984	29
2.7	Participação do emprego industrial na RMC em relação ao total do estado - 1980-84	31
2.8	Total de estabelecimentos e empregos na indústria, segundo tamanho do estabelecimento, na RMC - 1980-1984	32

2.9	Total de empregos, segundo gêneros industriais, na RMC - 1980-84.....	33
2.10	Evolução dos estabelecimentos e empregos na construção civil, na RMC - 1980-84.....	34
2.11	Evolução dos estabelecimentos na indústria de minerais não-metálicos e madeira, na RMC - 1980-84.....	35
2.12	Evolução da participação dos estabelecimentos na indústria de utilidade pública da RMC no total do Estado - 1980-84.....	36
2.13	Índice de evolução do PIB e emprego, por ramo industrial, no Paraná - 1981-84.....	37
3.1	Pessoas ocupadas e participação relativa no setor terciário, segundo ramo de atividade - 1981-84.....	40
3.2	Taxa anual de crescimento real e índice acumulado do PIB, segundo setor e subsetor, no Paraná - 1981-84.....	40
3.3	Taxa anual de crescimento real e índice acumulado do PIB, segundo setor e subsetor, no Brasil - 1981-84.....	41
3.4	Relação de trocas entre agricultura e indústria no Paraná e São Paulo - 1979-84.....	42
3.5	Número de funcionários e crescimento percentual, por grupo de bancos, no Brasil - 1979-84.....	43
3.6	Empregos ocupados e participação relativa no setor terciário, segundo atividade econômica, no Paraná - 1980-84.....	44
3.7	Número de empregos e taxa anual de crescimento, por tipo de cooperativa, no Paraná - 1981-84.....	45
3.8	Taxa anual de crescimento da população urbana de alguns municípios escolhidos, no Paraná - 1970/1980 - 1980/1985.....	46
3.9	Pessoas ocupadas e participação relativa no setor terciário, segundo ramo de atividade, na RMC - 1981-84.....	48
3.10	Empregos ocupados e participação relativa no setor terciário, segundo atividade econômica, na RMC - 1980-84.....	50
4.1	Taxa de crescimento real anual do produto interno bruto, segundo setor e subsetor, no Paraná - 1981-86.....	54
4.2	Total de empregos, segundo atividade econômica, no Paraná - 1980-86.....	55
4.3	Total de empregos, segundo atividade econômica, na RMC - 1980-86.....	56
4.4	PEA urbana, segundo sexo, no Paraná - 1981-85.....	57
4.5	Estimativa do déficit de postos de trabalho, no Paraná urbano - 1981-85.....	57
4.6	Número de estabelecimentos na indústria da construção civil, segundo tamanho do estabelecimento, no Paraná - 1980-84.....	59
4.7	Índice de evolução do emprego e do PIB na indústria do mobiliário, no Paraná - 1980-84.....	60

INTRODUÇÃO

Este estudo nasceu da necessidade de se entenderem as transformações ocorridas na estrutura do emprego no Paraná e Região Metropolitana de Curitiba - RMC - nos anos 80. Para tanto, utilizaram-se as informações do Ministério do Trabalho e do IBGE, que permitiram a análise de um período significativo e recente, no qual está embutido um ciclo recessivo sem precedentes.

Para atender a esses objetivos, optou-se inicialmente por uma análise retrospectiva, centrada nas alterações da estrutura produtiva na década de 70, e seus efeitos na reestruturação do mercado de trabalho. Acredita-se que o real conhecimento do mercado de trabalho nos anos 80 só é possível a partir da retomada das diversas transformações ocorridas na economia paranaense na década passada.

Para os anos 80, o estudo limita-se a examinar os setores Secundário e Terciário da economia paranaense, uma vez que a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - não cobre satisfatoriamente o segmento agrícola. No caso específico dos serviços foi possível compatibilizar os dados da RAIS com os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD -, permitindo agregar à análise algumas considerações sobre o emprego no mercado informal.

Para a indústria, o enfoque limitou-se tão-somente à visão do emprego formal, dada a reduzida desagregação das informações da PNAD.

É oportuno ressaltar que este estudo foi precedido de avaliação crítica das potencialidades e limitações das estatísticas oficiais sobre o mercado de trabalho urbano, contidas no volume intitulado *Avaliação do Alcance e Limites da RAIS e Lei 4923/65*.¹

¹IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Avaliação do alcance e limites da RAIS e Lei 4923/65. Curitiba, 1986. Versão preliminar.

I AS ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DO EMPREGO NA DÉCADA DE 70 NO PARANÁ

Os anos 70 marcaram o Paraná por profundas alterações na sua estrutura produtiva e, conseqüentemente, de empregos. Em 1970, a base industrial do Estado ainda era incipiente. A atividade agrícola participava com 25,3% na geração do Produto Interno Bruto - PIB - e 63,4% na absorção da mão-de-obra estadual; no mesmo ano, para o Brasil como um todo, a participação da agricultura era, respectivamente, 12,1% e 44,3% (tabelas 1.1 e 1.2).*

TABELA 1.1 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA PEA, SEGUNDO SETOR E RAMO DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1970-1980

SETOR RAMO	1970*		1980		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO** (%)
	Abs.	%	Abs.	%	
Agropecuária	1 438 838	63,4	1 189 542	42,2	(1,9)
Agricultura, pecuária e silvicultura	1 431 385	63,1	1 181 012	41,9	(1,9)
Extração vegetal	4 725	0,2	6 272	0,2	2,8
Caça e pesca	2 728	0,1	2 258	0,1	(1,9)
Atividades Industriais	238 252	10,5	521 522	18,5	7,8
Extração mineral	6 342	0,3	7 755	0,3	2,0
Indústrias de transformação	139 546	6,2	317 917	11,3	8,2
Indústrias da construção	79 993	3,5	173 373	6,1	7,7
Serviços industriais e de utilidade pública	12 371	0,5	22 487	0,8	6,0
Terciário	592 157	26,1	1 108 970	39,3	6,3
Comércio de mercadorias	137 317	6,1	275 397	9,8	7,0
Transportes, comunicações e armazenagem	75 141	3,3	115 391	4,1	4,3
Prestação de serviços	180 060	7,9	344 170	12,2	6,5
Atividades sociais	70 904	3,1	129 740	4,6	6,0
Administração pública	54 276	2,4	90 314	3,2	5,1
Comércio de imóveis, seguros, etc.	22 419	1,0	60 901	2,2	10,0
Serviços profissionais	28 858	1,3	78 395	2,8	10,0
Outras atividades, atividades mal definidas	23 182	1,0	14 662	0,5	(4,6)
TOTAL	2 269 247	100,0	2 820 034	100,0	2,2

FONTES: Censo Demográfico - IBGE, IPARDES

*Refere-se às pessoas de 10 anos ou mais

$$r = \left(\ln \frac{P_1}{P_0} \right) : t, \text{ onde: } r = \text{Taxa Anual de Crescimento}$$

$P_1 = \text{População no Tempo 1}$
 $P_0 = \text{População Inicial}$
 $t = \text{Período entre } P_1 \text{ e } P_0$

*As informações sobre o Produto Interno Bruto do Paraná e do Brasil foram extraídas de IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Produto Interno Bruto do Paraná 1970-84. Curitiba, 1985. 63f.

TABELA 1.2 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA PEA, SEGUNDO SETOR E RAMO DE ATIVIDADE, NO BRASIL - 1970-1980

SETOR RAMO	1970*		1980		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)
	Abs.	%	Abs.	%	
Agropecuária	13 090 358	44,3	12 661 017	29,9	(0,3)
Agricultura, pecuária e silvicultura	12 578 064	42,6	12 094 854	28,6	(0,4)
Extração vegetal	359 198	1,2	385 172	0,9	0,7
Caça e pesca	153 096	0,5	180 991	0,4	1,7
Atividades Industriais	5 295 427	17,9	10 772 463	25,5	7,1
Extração mineral	175 424	0,6	251 267	0,6	3,6
Indústrias de transformação	3 241 861	11,0	6 939 421	16,4	7,6
Indústrias de construção	1 719 714	5,8	3 171 046	7,5	6,1
Serviços industriais de utilidade pública	158 428	0,5	410 729	1,0	9,5
Terciário	11 171 439	37,8	18 838 046	44,6	5,2
Comércio de mercadorias	2 263 539	7,6	4 037 917	9,6	5,8
Transportes, comunicações e armazenagem	1 244 395	4,2	1 800 243	4,3	3,7
Prestação de serviços	3 626 494	12,3	6 392 126	15,1	5,7
Atividades sociais	1 470 621	5,0	2 971 100	7,0	7,0
Administração pública	1 152 341	3,9	1 722 284	4,1	4,0
Comércio de imóveis, seguros, etc.	434 040	1,5	979 458	2,3	8,1
Serviços profissionais	266 874	0,9	640 000	1,5	8,7
Outras atividades, atividades mal definidas	713 135	2,4	294 918	0,7	(8,8)
TOTAL	29 557 224	100,0	42 271 526	100,0	3,6

FONTE: Censo Demográfico - IBGE, IPARDES

*Refere-se às pessoas de 10 anos ou mais

De 1970 a 1980, há uma queda significativa na participação da agricultura paranaense na geração do PIB (19,4% em 1980) e na absorção da mão-de-obra (42,2%), o mesmo acontecendo para o Brasil, porém em menor intensidade.

Essas alterações ocorreram em função das transformações na atividade agrícola do Paraná, inseridas no processo de modernização nacional, resultando na concentração da posse da terra, acompanhando a difusão da soja e do trigo, culturas que exigem áreas de maiores dimensões; no aumento do consumo de produtos industriais, refletindo basicamente na expansão do número de tratores e na utilização mais intensiva de adubos químicos e defensivos agrícolas, e na reestruturação das relações de trabalho, com o incremento no número de trabalhadores assalariados e redução expressiva da mão-de-obra familiar.

É importante lembrar que essa redução da participação relativa da agricultura na geração do PIB estadual não foi acompanhada por redução absoluta. Na verdade, houve um aumento razoável do PIB agrícola, inferior, no entanto, ao observado na indústria (tabela 1.3).

TABELA 1.3 - ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO PIB, POR CLASSE E RAMO DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1970-84

(Base 1980 = 100)

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA			TOTAL	COMÉRCIO	PIB
		Transformação e Extrativa	Construção Civil	Serv. Ind. de Util. Pública			
1970	47,1	16,7	48,4	29,6	21,1	27,9	29,3
1971	74,8	17,7	43,3	32,2	21,4	30,6	36,6
1972	71,3	21,6	50,8	36,4	25,9	35,7	39,7
1973	57,2	23,8	56,5	42,7	28,6	38,7	38,8
1974	81,0	25,7	52,7	49,0	30,2	46,3	47,8
1975	86,9	32,0	63,0	55,8	37,2	51,5	54,2
1976	74,9	40,3	73,0	63,1	45,8	56,4	56,8
1977	84,4	55,4	93,2	72,9	61,4	69,3	70,3
1978	77,3	66,4	110,4	81,0	73,1	74,2	74,6
1979	84,0	73,9	120,0	92,7	81,1	79,2	81,4
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	111,7	103,6	104,8	106,8	104,0	104,7	106,4
1982	102,4	88,8	103,3	115,1	92,8	95,5	96,3
1983	109,3	92,2	84,8	122,3	92,6	97,4	98,4
1984	104,0	95,8	80,0	136,0	95,5	96,5	98,2

FONTE: IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Produto Interno Bruto do Paraná - 1970-84. Curitiba, 1985

Essas transformações da atividade agrícola tiveram dois efeitos no mercado de trabalho. Primeiro, houve uma redução bastante expressiva na utilização de mão-de-obra familiar no campo, 327 mil pessoas, de acordo com o Censo Agropecuário. Segundo, as novas bases da organização da produção e a substituição de culturas, com a quase completa extinção do colonato e parceria, fundamentando-se na utilização de técnicas mais modernas, trouxeram um aumento proporcionalmente menor na demanda por mão-de-obra assalariada no campo (132 mil pessoas).² O resultado foi uma variação negativa na População Economicamente Ativa - PEA - agrícola na década (-1,9%), superior, inclusive, àquela observada para o Brasil (-0,36%), dadas as peculiaridades do Paraná. A elevada participação, em 1970, de culturas altamente absorvedoras de mão-de-obra, como o café, utilizando técnicas mais "atrasadas" de cultivo com o predomínio de relações de parceria e colonato, fez com que os impactos da modernização tecnológica fossem sentido mais profundamente.

Ao contrário do que se observou para o PIB, a redução da participação relativa na absorção de mão-de-obra foi acompanhada por uma queda absoluta de 249,3 mil pessoas.

A existência de poucas áreas agrícolas disponíveis no Estado trouxe

²FLEISCHFRESSER, Vanessa. A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes regionais e consequências sócio-econômicas. Itaguai, 1984. 318f. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

como alternativa para esse excedente de mão-de-obra a migração para outros estados ou a busca de oportunidades de trabalho nas áreas urbanas do Paraná. Como afirma Singer,

(....) a urbanização, vista como transferência de proporção cada vez maior da população do campo às cidades, só pode resultar duma extensa transformação da divisão social do trabalho, com a passagem de uma crescente parcela da população ativa da agricultura e atividades extrativas para a manufatura e serviço.³

Nesse contexto, em que a divisão social do trabalho transfere mão-de-obra do campo para as cidades, surgem indagações sobre a capacidade de geração de emprego nas economias urbanas. Nesse sentido, o Paraná constitui objeto de análise bastante produtivo.

As transformações da atividade agrícola nos anos 70 foram de tal magnitude que parcela significativa da população expulsa do campo migrou em direção às áreas rurais de outros estados, tentando reproduzir, sob condições semelhantes, as formas de organização da produção e o estilo de vida em que estava inserida. No entanto, muitos desses migrantes dirigiram-se para áreas urbanas em outros estados, refletindo tanto o esgotamento das áreas agrícolas quanto o baixo dinamismo do Paraná na geração de empregos urbanos.

A população que se direcionou ao meio urbano do próprio Estado compunha-se, em parte, de trabalhadores agrícolas volantes deslocados do campo pela desestruturação das antigas relações de produção. Porém, a grande maioria dirigiu-se para as cidades de maior porte, destacando-se a Região Metropolitana de Curitiba.

Cabe lembrar que essa série de mudanças não deslocou apenas população rural. As formas anteriores de organização da produção e a importância conferida à parceria e colonato, principalmente no norte do Paraná, formaram uma rede urbanabastante diversificada, fortalecendo, nas pequenas cidades, as atividades de comercialização e intermediação financeira. A reorganização da produção nos moldes descritos concentrou esses serviços em cidades de maior porte, tornando, até certo ponto, supérflua sua existência de forma desconcentrada nas pequenas cidades. Depreende-se disso um fluxo de saída não-desprezível de pessoas dessas pequenas cidades. Vale dizer, a introdução das formas capitalistas de organização da produção sobre o campo estendeu-se também sobre as atividades terciárias e ela vinculadas, gerando conseqüências equivalentes.

No meio urbano, a indústria apresentou, nos anos 70, maior dinamismo

³SINGER, Paul. A economia dos serviços. Estudos CEBRAP, São Paulo, (24):129, s.d.

tanto em termos de geração do PIB (um crescimento de 15,6% a.a.) quanto de absorção da mão-de-obra (7,8% a.a.). O aumento relativo do PIB industrial paranaense foi superior ao do Brasil (8,9% a.a.), representando um incremento do peso da indústria do Estado no total da indústria brasileira de 3,7% em 1970 para 5,1% em 1980.

Apesar desse bom desempenho da indústria paranaense nos anos 70, o Paraná participou marginalmente do processo de desconcentração industrial. Na verdade, a desconcentração da indústria brasileira restringiu-se basicamente a Minas Gerais e interior de São Paulo, devido à força política desses estados.

O crescimento da indústria do Paraná está ligado a uma tentativa de romper com certo marasmo da sua economia. Procurou-se atrair capital estrangeiro, totalmente desvinculado da atividade agrícola. Como exceção têm-se as empresas estatais, devido à existência de uma política do governo federal de desconcentração industrial.

Deve-se considerar também a proximidade a São Paulo e a existência de infra-estrutura básica, como estradas e disponibilidade de energia elétrica, que, acopladas a uma política de incentivo à localização industrial no Paraná, trouxeram para o Estado alguns segmentos da metal-mecânica e da química, não-ligados diretamente à agropecuária. Nesse sentido, a criação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC - constituiu um esforço na atração de novas indústrias para o Estado; em que pese não haver uma política industrial coerente e estruturada.

No entanto, mesmo com as alterações na estrutura industrial, a agricultura continuou a desempenhar papel de destaque na economia paranaense.

Segundo o Censo Demográfico, dentro da indústria de transformação, o ramo madeireiro era, em 1970, o principal absorvedor da PEA do Estado, 19,7%, enquanto no Brasil representava apenas 3,8%. Os outros ramos com significativa participação na absorção da força de trabalho, em comparação com o Brasil, eram produtos alimentares (9,8% e 8,2%) e construção civil (34,4% e 32,5%, respectivamente).

Em 1980, a indústria madeireira continuou a principal absorvedora de mão-de-obra na indústria do Paraná, mesmo tendo reduzido sua participação para 15,6% (no Brasil, passou para 4,7%).

A participação na geração do PIB da indústria madeireira era de 22,5% em 1970 e 15,1% em 1980. Diferentemente da PEA, era inferior à participação da indústria alimentícia em 1970 (23,7%) e química e alimentícia (24,4% e 16,2%) em 1980 (tabelas 1.4 e 1.5).

TABELA 1.4 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA PEA, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1970-1980

RAMO	1970		1980		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)
	Abs.	%	Abs.	%	
Extração Mineral	6 342	2,7	7 755	1,5	2,0
Indústrias de Transformação	139 546	60,0	317 907	61,0	8,2
Minerais não-metálicos	13 426	5,8	30 092	5,8	8,1
Metalúrgica	7 493	3,2	22 599	4,3	11,0
Mecânica	2 839	1,2	9 427	1,8	12,0
Material elétrico e de comunicação	966	0,4	7 986	1,5	21,1
Material de transporte	1 348	0,6	5 094	1,0	13,3
Madeira	45 870	19,7	81 569	15,6	5,8
Artigos de palha	98	0,1	261	0,1	9,8
Mobiliário	12 776	5,5	25 508	4,9	6,9
Papel e papelão	5 853	2,5	12 637	2,4	7,7
Borracha	235	0,1	1 140	0,2	15,8
Couros, peles e similares	1 900	0,8	2 158	0,4	1,3
Química*	2 782	1,2	9 438	1,8	12,2
Produtos derivados do petróleo	667	0,3	3 409	0,7	16,3
Produtos farmacêuticos e veterinários	1 198	0,5	1 837	0,4	4,3
Produtos de matéria plástica	810	0,3	5 899	1,1	19,9
Têxteis	4 386	1,9	9 339	1,8	7,6
Domiciliares têxteis	162	0,1	563	0,1	12,5
Vestuário	1 195	0,5	7 280	1,4	18,1
Calçados	1 433	0,6	2 130	0,4	4,0
Produtos alimentares	22 811	9,8	31 367	9,9	8,1
Bebidas	3 238	1,4	5 259	1,0	4,8
Fumo	364	0,2	1 766	0,3	15,8
Editorial e gráfica	4 284	1,8	10 299	2,0	8,8
Não-compreendido nas classes anteriores	3 412	1,5	10 850	2,1	11,6
Indústrias de Construção	79 993	34,4	173 373	33,2	7,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6 695	2,9	22 487	4,3	12,1
TOTAL	232 576	100,0	521 522	100,0	8,1

FONTE: Censo Demográfico - IBGE

*Inclui perfumaria

TABELA 1.5 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA PEA, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE, NO BRASIL - 1970-1980

RAMO	1970		1980		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)
	Abs.	%	Abs.	%	
Extração Mineral	175 424	3,3	251 267	2,3	3,6
Indústrias de Transformação	3 241 861	61,2	6 939 421	64,5	7,6
Minerais não-metálicos	252 874	4,8	546 969	5,1	7,7
Metalúrgica	445 120	8,4	945 936	8,8	7,5
Mecânica	159 777	3,0	335 683	3,1	7,4
Material elétrico e de comunicações	73 578	1,4	302 590	2,8	14,1
Material de transporte	130 854	2,5	466 064	4,3	12,7
Madeira	201 715	3,8	502 261	4,7	9,1
Artigos de palha	43 222	0,8	36 513	0,3	(1,7)
Mobiliário	219 479	4,1	307 918	2,9	3,4
Papel e papelão	61 666	1,2	138 071	1,3	8,1
Borracha	26 912	0,5	66 745	0,6	9,1
Couros, peles e similares	39 156	0,7	48 243	0,4	2,1
Química*	99 193	1,9	255 116	2,4	9,4
Produtos derivados do petróleo	35 859	0,7	71 824	0,7	6,9
Produtos farmacêuticos e veterinários	46 440	0,9	75 460	0,7	4,9
Produtos de matéria plástica	37 466	0,7	139 324	1,3	13,1
Têxteis	386 789	1,3	543 137	5,0	3,4
Domiciliares têxteis	18 902	0,4	70 194	0,7	13,1
Vestuário	93 560	1,8	341 203	3,2	12,9
Calçados	103 799	2,0	210 607	2,0	7,1
Produtos alimentares	435 091	8,2	904 328	8,4	7,3
Bebidas	66 577	1,2	115 850	1,1	5,5
Fumo	28 490	0,5	42 144	0,4	3,9
Editorial e gráfica	126 881	2,4	231 696	2,1	6,0
Não-compreendido nas classes anteriores	108 461	2,0	241 545	2,2	8,0
Indústrias de Construção	1 719 714	32,5	3 171 046	29,4	6,1
Serviços Industriais de Utilidade Pública	158 428	3,0	410 729	3,8	9,5
TOTAL	5 295 427	100,0	10 772 463	100,0	7,1

FONTE: Censo Demográfico - IBGE

*Inclui perfumaria

É evidente que a elevada participação da indústria madeireira está vinculada à localização da produção primária. Nesse sentido, observa-se que atividades como a indústria madeireira no Paraná constituíam, já em 1970, sinais expressivos da especialização regional, obedecendo à localização dos recursos naturais.

As transformações na atividade agropecuária ao longo dos anos 70 conferiram certas especificidades ao Paraná na delimitação da nova divisão inter-regional do trabalho, mostrando como principal vetor a especialização produtiva da agroindústria paranaense, basicamente processamento de soja e café. O desenvolvimento daqueles segmentos em que prevalece um maior grau de beneficiamento altera o caráter da agroindústria, principalmente ao considerar a presença de empresas de maior porte no setor.

A expansão da indústria mecânica, naqueles segmentos ligados à produção e conservação de máquinas e implementos agrícolas, bem como à química dedicada a insumos agropecuários, pode ser compreendida a partir das novas exigências impostas pela modernização do campo.

As informações do Censo Industrial para o quinquênio 1975-80* apontam claramente nos ramos da madeira, química e produtos alimentares as maiores participações no Valor da Transformação Industrial - VTI (tabela 1.6).

O Paraná foi considerado um Estado eminentemente agrícola até a década de 60; a partir dos anos 70, os ramos industriais de madeira e produtos alimentares, estreitamente relacionados à atividade agropecuária, cederam lugar paulatinamente para outras vertentes da indústria. Em termos de participação relativa, o VTI da indústria da madeira se reduz de 20,5% para 15,1% no período 1975-80, o mesmo ocorrendo para produtos alimentares, de 25,9% para 16,2%. Paralelamente, a química salta de 10,6% para 24,3%, em função da instalação da Refinaria da PETROBRÁS no Município de Araucária. É importante ressaltar que a expressiva participação da química antes da instalação da PETROBRÁS devia-se basicamente à produção de óleos, adubos e fertilizantes, caracterizando-se, assim, como essencialmente agroindustrial (tabela 1.7).

*Serão utilizadas apenas as informações dos censos industriais de 1975 e 1980, por existirem dificuldades de compatibilização com 1970. Apesar disso, a análise do surto de industrialização no Paraná não ficará muito comprometida, pois na década de 70 a ocupação da capacidade ociosa se fez somente no final do primeiro quinquênio e os novos investimentos e, conseqüentemente, a escolha do Paraná para sua localização, ocorreram predominantemente no segundo quinquênio.

TABELA 1.6 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO VTI E DO PESSOAL OCUPADO, RELAÇÃO DE CRESCIMENTO DO EMPREGO/CRESCIMENTO DO VTI E COEFICIENTE DE MÃO-DE-OBRA, SEGUNDO CLASSE E GÊNERO INDUSTRIAL, NO PARANÁ - 1975-1980

(Em Cr\$ mil)

CLASSE GÊNERO	VTI*				TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO VTI 1980/1975 (%)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO PES. OCUPADO 1980/1975 (%)	RELAÇÃO CRESCIMENTO DO EMPR./CRESCIMENTO DO VTI (%)	COEFICIENTE DE MÃO-DE-OBRA**		
	1975		1980					1975	1980	Δ%
	Abs.	%	Abs.	%						
Indústrias Extrativas	417 208	0,7	1 309 194	0,8	22,9	6,9	0,3	5,4	2,4	(55,6)
Exatção mineral	417 208	0,7	1 309 194	0,8	22,9	6,9	0,3	5,4	2,4	(55,6)
Indústrias de transformação	56 824 233	99,3	170 789 650	99,2	22,0	5,9	0,3	3,0	1,4	(53,3)
Minerais não-metálicos	4 675 159	8,2	13 304 009	7,7	20,9	5,1	0,2	4,3	1,9	(55,8)
Metalúrgica	2 134 878	3,7	5 531 192	3,2	19,0	4,8	0,3	4,4	2,1	(52,3)
Mecânica	3 091 769	5,4	7 700 247	4,5	18,3	11,0	0,6	3,3	2,3	(30,3)
Material elétrico e de comunicações	725 638	1,3	6 126 152	3,6	42,7	12,5	0,3	4,1	0,9	(78,1)
Material de transporte	1 188 725	2,1	3 622 119	2,1	22,3	10,9	0,5	4,2	2,4	(42,9)
Madeira	11 760 161	20,5	25 963 237	15,1	15,8	2,1	0,1	4,3	2,1	(51,2)
Mobiliário	2 019 856	3,5	6 443 179	3,7	23,2	8,5	0,4	5,5	2,6	(52,7)
Papel e papelão	2 832 883	4,9	10 329 936	6,0	25,9	8,7	0,3	1,9	0,8	(57,9)
Borracha	372 123	0,7	823 688	0,5	15,9	7,1	0,4	3,1	2,0	(35,5)
Couros, peles e similares	222 703	0,4	688 314	0,4	22,6	11,0	0,5	5,3	0,3	(94,3)
Química	6 077 404	10,6	41 898 678	24,3	38,6	6,5	0,2	1,0	0,2	(80,0)
Produtos farmacêuticos e Veter.	-	-	256 518	0,1	-	-	-	-	1,1	-
Perfumaria, sabões e velas	106 017	0,2	363 171	0,2	24,6	6,7	0,3	2,5	1,0	(60,0)
Produtos de matéria plástica	870 085	1,5	2 411 633	1,4	20,4	7,1	0,3	3,3	1,7	(48,5)
Têxteis	2 526 650	4,4	7 549 239	4,4	21,9	3,9	0,2	2,3	1,0	(56,5)
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	455 545	0,8	2 062 490	1,2	30,2	16,4	0,5	7,4	3,7	(50,0)
Produtos alimentares	14 846 589	25,9	27 831 555	16,2	12,6	5,2	0,4	1,8	1,2	(33,3)
Bebidas	927 110	1,6	1 729 800	1,0	12,5	(0,2)	0,0	3,0	1,6	(46,7)
Fumo	-	-	804 593	0,5	-	-	-	-	0,9	-
Editorial e gráfica	1 174 355	2,1	2 232 231	1,3	12,8	3,4	0,3	4,6	2,9	(37,0)
Diversas	384 104	0,7	1 392 898	0,8	25,8	8,5	0,3	5,3	2,2	(58,5)
Serviços auxiliares	201 721	0,4	1 724 771	1,0	42,9	22,5	0,5	4,1	1,5	(63,4)
TOTAL	57 241 441	100,0	172 098 844	100,0	22,0	5,9	0,3	3,1	1,4	(54,8)

FONTES: Censo Industrial - IBGE

*A preços de 1980. O índice utilizado para obter o VTI a preços de 1980 foi aquele divulgado pelo IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA no Estudo: Produto interno bruto do Paraná - 1970-84. O deflator implícito para a indústria do Paraná, teve 1980 como base (1980=100); o deflator utilizado para 1975 foi 21,3994

**Coeficiente de mão-de-obra = (Pessoal ocupado/VTI) x 100

TABELA 1.7 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO INDÚSTRIA QUÍMICA, NO PARANÁ - 1975-1980

GRUPO	1975		1980	
	Abs.	%	Abs.	%
Produção de elementos químicos inorgânicos	33 470	2,6	1 784 590	4,3
Produtos químicos derivados proc. petróleo	35 282	2,7	19 856 421	47,4
Fabricação de matérias plásticas, plastificantes, etc.	40 078	3,1	1 178 524	2,8
Fabricação de pólvoras, explosivos	46 986	3,6	1 338 372	3,2
Fabricação de óleos vegetais	724 183	55,7	10 807 198	23,8
Fabricação de concentrados aromáticos	85 138	6,6	151 686	0,4
Fabricação de preparados para limpeza	91 484	7,0	348 055	0,8
Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, etc.	8 471	0,7	189 582	0,4
Fabricação de adubos e fertilizantes	228 199	17,5	6 062 754	14,5
Fabricação de produtos químicos diversos	6 456	0,5	181 496	0,4
TOTAL	1 299 747	100,0	41 898 678	100,0

FONTES: Censo Industrial - IBGE. Tabela 3, referente aos estabelecimentos com mais de cinco empregados

Em 1975, a fabricação de óleos vegetais, adubos e fertilizantes respondia por 73,2% da produção da indústria química no Paraná, enquanto em 1980 esse percentual reduziu-se para 40,3%. Em contrapartida, os produtos químicos derivados do processamento do petróleo saltaram de 2,7% para 47,4%. Apesar de manter boa parcela da sua produção vinculada à agropecuária, é inegável a alteração da sua composição.

Em termos de dinamismo na geração do VTI, destacaram-se os gêneros material elétrico e de comunicações, química, vestuário e serviços auxiliares, havendo, inclusive, no caso dos dois primeiros gêneros, uma violenta redução do coeficiente de mão-de-obra. Os elevados investimentos realizados nesses dois gêneros fizeram-se à base de tecnologias capital-intensivas, com um retorno proporcionalmente menor na criação de novos postos de trabalho (ver tabela 1.6).

Há que se salientar um processo generalizado de redução do coeficiente de mão-de-obra na indústria de transformação, podendo-se admitir, então, que mesmo as empresas mais tradicionais no Estado têm passado por um processo de capitalização. É o caso, por exemplo, da madeira, com o aumento relativo da fabricação de produtos que exigem maior grau de elaboração.*

Poucos são os gêneros da indústria que não sofreram quedas muito elevadas do coeficiente de mão-de-obra. Na mecânica, observou-se redução de apenas 30,3% e em produtos alimentares, de 33,3%.

No caso específico da mecânica, destaca-se o aumento da participação do grupo reparação ou manutenção de máquinas e equipamentos, de 20,8% em 1975, para 32,7% em 1980. No mesmo sentido caminham fabricação e montagem de máquinas diversas, de 11,2% para 16,2%, e fabricação e montagem de máquinas-ferramentas, de 24,0% para 27,7%. A fabricação de máquinas para a agricultura cai significativamente, de 27,8% para 7,3% (tabela 1.8).

No conjunto, esse comportamento pode representar o elevado grau de vinculação de segmentos da mecânica à atividade agropecuária, mesmo que se considere a queda na fabricação de máquinas agrícolas. A ampliação e renovação do parque de tratores no Paraná ocorreu predominantemente na primeira metade da década de 70, principalmente com a aquisição de máquinas com maior potência, reduzindo as possibilidades de expansão nos anos imediatamente posteriores.**

*Deve-se considerar, no caso da indústria da madeira, a escassez de matéria-prima, que vem transferindo as serrarias para outros estados.

**Entre 1970 e 1975, houve um aumento de 106 mil estabelecimentos com utilização de força mecânica, enquanto entre 1975 e 1980, estes reduziram-se para 78,8 mil.
IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA: Conseqüências sociais da modernização tecnológica na agricultura do Paraná: Curitiba, 1985. 110f.

TABELA 1.8 - PARTICIPAÇÃO DOS DIFERENTES GRUPOS NO GÊNERO INDÚSTRIA MECÂNICA, NO PARANÁ - 1975-1980

GRUPO	1975		1980	
	Abs.	%	Abs.	%
Fabricação de máquinas motrizes não-elétricas, caldearia pesada	20 859	3,2	195 812	2,5
Fabricação de máquinas para instalações hidráulicas, aerotérmicas	70 474	10,8	698 613	9,1
Fabricação e montagem de máquinas-fermentas	157 281	24,0	2 129 887	27,7
Fabricação de máquinas para agricultura, etc.	181 723	27,8	562 563	7,3
Fabricação e montagem de máq. diversas	73 249	11,2	1 244 989	16,2
Fabricação de cronômetros, relógios	-	-	-	-
Fabricação e montagem de tratores e máquinas de terraplanagem	11 257	1,7	102 709	1,3
Reparação ou manutenção de máquinas	136 053	20,8	2 517 599	32,7
Serviços industriais de usinagem, tornearia, fresa	3 615	0,5	248 075	3,2
TOTAL	654 511	100,0	7 700 247	100,0

FONTE: Censo Industrial - IBGE. Tabela 3, referente aos estabelecimentos com mais de cinco empregados

Além disso, prevalecem na geração do VTI aqueles grupos da mecânica menos capital-intensivos e com elevada vinculação à indústria paulista, principalmente ao se considerar o peso da reparação e manutenção em relação à fabricação e montagem de máquinas e equipamentos industriais.

A maturação da série de investimentos que deu origem a essa nova configuração da indústria no Paraná, se, por um lado, resultou numa taxa anual de crescimento do VTI da ordem de 22,0%, no período 1975-80, por outro, não determinou o mesmo dinamismo no que se refere à geração de emprego. O crescimento médio do pessoal ocupado na indústria situou-se em 5,9%, e a relação entre o crescimento do emprego e o do VTI, em 0,3%. Isto reflete o surgimento de uma indústria com base em uma tecnologia pouco absorvedora de mão-de-obra, demandando pessoal mais qualificado, relativamente escasso no Estado.

Em termos de capacidade de geração de emprego, os gêneros minerais não-metálicos, mecânica, madeira, mobiliário, vestuário e produtos alimentares responderam por 61,5% do aumento do pessoal ocupado no quinquênio 1975-80. Apesar das alterações na composição da indústria paranaense, os principais responsáveis pela expansão dos postos de trabalho foram gêneros mais "tradicionais" no Estado, que possuem relações estreitas com a atividade agropecuária (tabela 1.9).

TABELA 1.9 - PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA, TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO, PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PESSOAL OCUPADO E CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DA MÃO-DE-OBRA, SEGUNDO CLASSE E GÊNERO INDUSTRIAL, NO PARANÁ - 1975-1980

CLASSE GÊNERO	1975		1980		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO 1980/1975 (A)	MÉDIA DA PART. RELATIVA 1975-1980 (B)	CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (C)*	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE C (%)
	Abs.	%	Abs.	%				
Indústrias Extrativas	2 267	1,3	3 195	1,4	6,9	1,4	0,09	1,5
Extração mineral	2 267	1,3	3 195	1,4	6,9	1,4	0,09	1,5
Indústrias de Transformação	172 506	98,7	231 878	98,6	5,9	98,6	5,81	98,5
Minerais não-metálicos	19 738	11,3	25 504	10,8	5,1	11,1	0,56	9,5
Metalúrgica	9 331	5,3	11 870	5,0	4,8	5,2	0,25	4,2
Mecânica	10 194	5,8	17 709	7,5	11,0	6,7	0,74	12,5
Material elétrico e de comunicações	3 006	1,7	5 610	2,4	12,5	2,1	0,26	4,4
Material de transporte	5 022	2,9	8 668	3,7	10,9	3,3	0,36	6,1
Madeira	50 068	28,6	55 701	23,7	2,1	26,2	0,55	9,3
Mobiliário	11 098	6,3	17 006	7,2	8,5	6,8	0,58	9,8
Papel e papelão	5 341	3,1	8 239	3,5	8,7	3,3	0,29	4,9
Borracha	1 143	0,7	1 629	0,7	7,1	0,7	0,05	0,8
Couro, peles e similares	1 180	0,7	2 045	0,9	11,0	0,8	0,09	1,5
Química	6 364	3,7	8 813	3,7	6,5	3,7	0,24	4,1
Produtos farmacêuticos e veterinários	-	-	284	0,1	-	-	-	-
Perfumaria, sabões e velas	266	0,2	371	0,2	6,7	0,2	0,01	0,2
Produtos de matéria plástica	2 883	1,7	4 114	1,8	7,1	1,8	0,13	2,2
Têxteis	5 911	3,4	7 187	3,1	3,9	2,7	0,11	1,9
Vestidário, calçados e artefatos de tecidos	3 355	1,9	7 619	3,2	16,4	2,6	0,43	7,3
Produtos alimentares	26 176	15,0	34 023	14,5	5,2	14,8	0,77	13,1
Bebidas	2 759	1,6	2 727	1,2	(0,2)	1,4	0,00	0,0
Fumo	-	-	715	0,3	-	-	-	-
Editorial e gráfica	5 401	3,1	6 408	2,7	3,4	2,9	0,10	1,7
Diversas	2 031	1,2	3 113	1,3	8,5	1,3	0,11	1,9
Serviços auxiliares	820	0,5	2 523	1,1	22,5	0,8	0,18	3,1
TOTAL	174 773	100,0	235 073	100,0	5,9	100,0	5,90	100,0

FONTE: Censo Industrial - IBGE

$$*C = \frac{A \cdot B}{100}$$

Mesmo considerando que a expansão da atividade industrial tenha gerado um aumento proporcionalmente menor da demanda por mão-de-obra, é inegável seu dinamismo. Não obstante, em termos absolutos, foi o Terciário que se destacou na geração de empregos. Enquanto no período 1970-80, a indústria contribuiu com 283,3 mil novos empregos, o Terciário foi responsável por 516,8 mil, resultando num aumento da sua participação relativa no total da PEA de 26,1% para 39,3%.

Tendo em vista as deficiências das informações censitárias para captar as especificidades do Terciário, a construção de uma tipologia que procure compatibilizar a visão teórica com a base estatística disponível é fundamental para a compreensão da dinâmica do setor. Sem poder romper totalmente com a visão do Terciário como resíduo, embutida nas estatísticas oficiais disponíveis, a tipologia proposta a seguir procura definir a agregação das informações segundo a relação que cada grupo de atividade estabelece com o Primário e o Secundário (tabela 1.10). Como afirma Oliveira,

(....) o Terciário engloba as atividades que estão nas esferas da circulação, da distribuição e do consumo. (....); ele pode ser

entendido se se entender a circulação, a distribuição e o consumo, e as relações que, por via dessas funções, guarda e estabelece com os setores ditos produtivos *strictu sensu*, primário e secundário.⁴

TABELA 1.10 - PEA URBANA DO TERCIÁRIO, SEGUNDO CLASSE E RAMO DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1970-1980

CLASSE RAMO	1970*		1980		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)	MÉDIA DE PART. RELATIVA 1970-1980	CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
	Abs.	%	Abs.	%				
Diretamente ligadas à produção								
Industrial e agropecuária	208 378	41,8	441 415	43,4	7,5	42,6	3,2	45,1
Comércio de mercadorias	109 474	22,0	239 661	23,6	7,8	22,8	1,8	25,4
Instituições de crédito, seguros e capitalização	16 181	3,2	48 768	4,8	11,0	4,0	0,4	5,6
Comércio e administração de imóveis	5 630	1,1	10 952	1,1	6,7	1,1	0,1	1,4
Transportes**	59 286	11,9	95 696	9,4	4,8	10,6	0,5	7,0
Comunicações	4 524	0,9	10 847	1,0	8,7	0,9	0,1	1,4
Serviços técnico- profissionais	13 283	2,7	35 491	3,5	9,8	3,1	0,3	4,2
Ligadas ao Consumo	169 602	34,1	336 698	33,1	6,9	33,6	2,3	32,4
Alojamento e alimentação	24 303	4,9	50 307	4,9	7,3	4,9	0,4	5,6
Reparação e conservação	24 445	4,9	60 545	5,9	9,1	5,4	0,5	7,0
Pessoais	26 193	5,3	35 297	3,5	3,0	4,4	0,1	1,4
Domiciliares	78 421	15,7	162 635	16,0	7,3	15,8	1,2	16,9
Diversões	5 361	1,1	7 906	0,8	3,9	0,9	0,0	0,0
Comércio ambulante e feiras	10 879	2,2	20 008	2,0	6,1	2,1	0,1	1,4
Sociais	120 265	24,1	238 625	23,5	6,9	23,8	1,6	22,5
Serviços médicos, odonto- lógicos públicos	3 718	0,7	12 961	1,3	12,5	1,0	0,1	1,4
Serviços médicos, odonto- lógicos privados	10 139	2,0	27 406	2,7	9,9	2,3	0,2	2,8
Ensino público	42 656	8,6	65 872	6,5	4,3	7,5	0,3	4,2
Ensino privado	6 155	1,2	19 253	1,9	11,4	1,5	0,2	2,8
Serviços comunitários e sociais	6 908	1,4	27 658	2,7	13,9	2,0	0,3	4,2
Administração pública	31 328	6,3	62 487	6,1	6,9	6,2	0,4	5,6
Defesa nacional e segu- rança pública	19 361	3,9	22 988	2,3	1,7	3,1	0,1	1,4
TOTAL	498 245	100,0	1 016 738	100,0	7,1	100,0	7,1	100,0

FONTES: Censo Demográfico - IBGE

*Refere-se às pessoas de 10 anos ou mais

**Inclui armazenagem

Nas "atividades diretamente ligadas à produção industrial e agropecuária" foram agrupadas todas aquelas atividades do Terciário que possuem estreitas relações com a indústria e agropecuária e são essenciais ao funcionamento e continuidade do setor produtivo. Compõem esse grupo a comercialização, a intermediação financeira, os transportes e os serviços técnico-profissionais.

Haja vista o crescimento da economia paranaense, era óbvia a expansão desse segmento do Terciário a níveis elevados. No período 1970-80, a PEA cresceu a taxa superior à média do Estado (7,5% e 7,1% respectivamente), destacando-se os serviços financeiros. Durante a década, as alterações observadas na agricultura e na indústria, somadas às novas nuances da política econômica que já começavam a ser esboçadas nos últimos anos, exigiram a

⁴OLIVEIRA, Francisco de. O terciário e a divisão social do trabalho. ESTUDOS CEBRAP, São Paulo, (24):144-5, s.d.

expansão dos serviços de intermediação financeira, assim como seu aperfeiçoamento.

Em termos de capacidade de geração de emprego, o comércio de mercadorias respondeu por 25,4% do aumento da década, com uma taxa de crescimento anual de 7,8%. O crescimento econômico não só conduziu à expansão das atividades de comercialização, como também possibilitou sua reestruturação. Como colocado anteriormente, as transformações da agricultura paranaense exigiram o deslocamento das atividades de comercialização das pequenas cidades para as de maior porte, reduzindo significativamente o papel do pequeno comerciante e mesmo do varejista regional.

Por outro lado, a expansão da indústria no Paraná teve como contrapartida um aumento da demanda por atividades de comercialização. Como assinalado em estudo anterior,⁵ houve nesse período (1975-80) uma ampliação das trocas interindustriais no Estado, apesar de se manterem ainda muito tímidas.

Nesse sentido, esse crescimento da PEA das atividades "comércio" não deve ser entendido apenas como resultado de uma expansão horizontal, mesmo sabendo que aí existem condições para a sobrevivência de atividades informais, mas também das alterações da agricultura e da indústria que reforçaram a necessidade de sua modernização.

O segundo grupo compõe-se das atividades mais diretamente ligadas à manutenção e reprodução da força de trabalho, denominadas "atividades ligadas ao consumo". Apesar de possuir a unidade doméstica como referência básica, não se pode ignorar sua vinculação com o desenvolvimento dos setores produtivos. Nesse grupo, os serviços domiciliares destacaram-se não só pela sua participação na PEA do Terciário, como também por responderem por 16,9% do seu acréscimo na década. O empregado doméstico constitui parcela expressiva dos serviços domiciliares, tendo representado 83,7% do total em 1980. Como a característica incontestável do emprego doméstico é ser atividade-refúgio para a mão-de-obra excedente, sua elevada participação mostra claramente a forma desigual que o crescimento econômico vem assumindo. Ou seja, as alterações da agricultura e da indústria não possibilitaram a atenuação das desigualdades do mercado de trabalho. Acerca disso, é preocupante lembrar que, se não houvesse ocorrido a considerável migração para fora do Estado, a urbanização teria sido mais intensa e essas desigualdades poderiam se tornar ainda mais gritantes.

As atividades de alojamento e alimentação e reparação e conservação também se dinamizaram crescendo acima da média do Terciário (7,3% e

⁵IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIERA. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial do Paraná. Curitiba, 1981. v.4. Convênio MIC/SEIC/SEPL/IPARDES.

9,1%, respectivamente).

Esse grupo de atividades ligadas ao consumo obteve comportamento favorável principalmente devido ao aumento do poder de compra da classe média nesse período. A possibilidade de inserção de vários membros da família no mercado de trabalho proporcionou um aumento do rendimento familiar, gerando, assim, condições para a expansão da demanda por esses serviços. Além disso, a entrada da mulher no mercado de trabalho ampliou a parcela da reprodução da mão-de-obra que necessitava da intermediação do mercado. Ou seja, expandiu a demanda por serviços de alimentação, conservação da unidade doméstica, de higiene pessoal, etc.

Apesar de ter sido inferior à média do Terciário, não foi desprezível o crescimento das feiras e do comércio ambulante (6,1%). Num contexto de desenvolvimento das forças produtivas e ampliação da urbanização, com a conseqüente expansão do mercado consumidor, poder-se-ia esperar uma redução bastante significativa da produção simples. O crescimento dos supermercados eliminaria paulatinamente o espaço para essas atividades informais de comercialização. No entanto, como afirma Souza, é o próprio desenvolvimento das relações capitalistas de produção que gera condições para a recriação dessas atividades informais, porém sob novas formas, inserindo-se na margem do núcleo capitalista. É

(...) a expansão das atividades propriamente capitalistas que determina a existência dessas formas mais simples, afetando-as constantemente, sem destruí-las por completo. Ao contrário sua destruição em um setor de atividades é compensada pela abertura de outras possibilidades.⁶

No caso do pequeno comércio e das feiras, a redução de seu espaço econômico nos bairros mais centrais, pela existência dos supermercados, é até certo ponto compensada pela expansão nas regiões mais periféricas, onde a dimensão ainda reduzida da aglomeração populacional não justifica a criação de unidades comerciais maiores.

O terceiro corte procura dar conta dos serviços sociais, tanto na esfera privada quanto pública. A maioria desses serviços deveria ser de responsabilidade do Estado, devendo acompanhar tanto o crescimento da população quanto o desenvolvimento econômico. No entanto, além de alguns desses serviços estarem passando progressivamente para a órbita privada, têm crescido proporcionalmente menos que a população a ser atendida e, em alguns

⁶ SOUZA, Paulo Renato. Salário e mão-de-obra excedente. in: _____. Emprego, salários e pobreza. São Paulo, HUCITEC; Campinas. Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1980. p.24-5. (Economia e Planejamento: Série Teses e Pesquisas).

casos, com visível deterioração da sua qualidade e conseqüente queda nas condições de vida da população.

No caso do ensino, apesar de predominarem os serviços prestados pelo Estado, seu crescimento anual na década de 70 (4,3%) foi bem inferior ao do ensino privado (11,4%).

A assistência médica caracterizou-se por crescimento elevado dos serviços privados (9,9% a.a.), destacando-se, no entanto, aqueles executados pelo Estado (12,5% a.a.). Mesmo assim, o peso da órbita privada continuou sendo maior: 27,4 mil pessoas nos serviços médicos privados e 13,0 mil nos públicos.

O crescimento da PEA da administração pública (6,9% a.a.), próximo à média do Terciário, acompanhou as exigências da expansão das relações capitalistas de produção no Paraná. Ao Estado é reservada não só a construção da infra-estrutura básica para crescimento econômico, como também a função de amenizar as contradições sociais que esse crescimento acarreta.

1.1 A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A análise de inserção da RMC nas transformações ocorridas nos anos 70 é, até certo ponto, problemática pela deficiências das informações oficiais. A maior parte das fontes secundárias não traz dados mais desagregados sobre as regiões metropolitanas nesse período, apenas sendo possível tecer considerações de caráter mais geral.

O intenso processo de urbanização do Paraná teve como sua versão mais nítida o excepcional crescimento da RMC, que, entre as nove regiões metropolitanas, apresentou a maior taxa de incremento populacional na década de 70.

Resultado principalmente dos fluxos migratórios rural-urbanos, a "nova" população da RMC se constituía, em sua grande maioria, de pessoas em idade ativa. Ou seja, configurou-se uma expansão da oferta de mão-de-obra.

Nesse período, a PEA da Região Metropolitana de Curitiba cresceu a uma taxa anual de 6,8%, concentrando-se 32,7% na indústria. Apenas a PEA das atividades agrícolas e da administração pública apresentou crescimento abaixo da média da RMC (tabela 1.11).

Esse dinamismo da indústria associa-se à criação da CIC, em 1973, concentrando grande parte dos novos investimentos na RMC. Nesse sentido, houve uma expansão da participação da PEA industrial da RMC no total do Estado, acompanhada pelos setores a ela vinculados, como transportes e comunicações e comércio de mercadorias (tabela 1.12).

TABELA 1.11 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE, NA RMC - 1970-1980

SETOR	1970		1980		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)
	Abs.	%	Abs.	%	
Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca	34 892	12,5	33 428	6,0	(0,4)
Atividades industriais	73 667	26,4	180 855	32,7	9,0
Comércio de mercadorias	33 963	12,2	69 386	12,6	7,1
Prestação de serviços	49 404	17,7	119 619	21,7	8,8
Transportes, comunicações e armazenagem	17 333	6,2	34 588	6,3	6,9
Atividades sociais	24 424	8,8	53 062	9,6	7,7
Administração pública	24 389	8,8	33 132	6,0	3,1
Outras atividades	20 748	7,4	28 090	5,1	3,0
TOTAL	278 820	100,0	552 160	100,0	6,8

FONTE: Censo Demográfico - IBGE

TABELA 1.12 - PARTICIPAÇÃO DA PEA DA RMC NO TOTAL DO PARANÁ, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - 1970-1980
(Em %)

SETOR	1970	1980
Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal	2,4	2,8
Atividades industriais	31,7	34,7
Comércio de mercadorias	24,7	25,9
Prestação de serviços	27,4	29,4
Transportes, comunicações e armazenagem	23,1	32,5
Atividades sociais	28,2	31,0
Administração pública	44,9	36,7
Outras atividades	28,9	38,0
TOTAL	12,2	19,7

FONTE: Censo Demográfico - IBGE

A administração pública surge como única exceção, com uma redução da participação da RMC. Esse movimento associa-se principalmente ao fortalecimento das prefeituras do interior do Estado. O crescimento populacional das cidades de maior porte exigiu um esforço de fortalecimento dos governos locais para enfrentar os problemas advindos de uma expansão demográfica não-planejada.

No que se refere à indústria de transformação, as informações do Censo Industrial permitem traçar um painel mais completo. Em termos de VTI, no quinquênio 1975-80, houve uma considerável alteração da participação dos diversos gêneros. Enquanto em 1975, os gêneros mais tradicionais — minerais não-metálicos, madeira, produtos alimentares e mobiliário — respondiam por 49,0% do VTI da região, em 1980, somente a química passou a gerar 30,7% (tabela 1.13).

TABELA 1.13 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO VTI E DO PESSOAL OCUPADO, RELAÇÃO CRESCIMENTO DO EMPREGO/ CRESCIMENTO DO VTI E COEFICIENTE DE MÃO-DE-OBRA, SEGUNDO CLASSE E GÊNERO INDUSTRIAL, NA RMC - 1975-1980

(Em Cr\$ mil)

CLASSE GÊNERO	VTI*				TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO VTI 1980/1975 (%)	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PESSOAL OCUPADO 1980/1975 (%)	RELAÇÃO CRES- CIMENTO DO EM- PREGO/CRES. DO VTI (%)	COEFICIENTE DE MÃO-DE-OBRA**		
	1975		1980					1975	1980	Δ%
	Abs.	%	Abs.	%						
Indústrias Extrativas	180 809	1,0	296 880	0,4	9,9	(7,5)	(0,8)	4,3	1,8	(58,1)
Extração mineral	180 809	1,0	296 880	0,4	9,9	(7,5)	(0,8)	4,3	1,8	(58,1)
Indústrias de Transformação	18 476 517	99,0	80 774 134	99,6	29,5	6,6	0,2	3,4	1,1	(67,6)
Minerais não-metálicos	3 259 681	17,5	9 908 365	12,2	22,2	5,2	0,2	3,0	1,3	(56,7)
Metalmúrgica	1 269 821	6,8	3 814 417	4,7	22,0	1,9	0,1	4,6	1,7	(63,0)
Mecânica	1 742 605	9,3	4 614 339	5,7	19,5	13,7	0,7	2,4	1,6	(29,0)
Material elétrico e de comunicações	549 978	2,9	5 231 764	6,5	45,1	11,3	0,3	4,1	0,8	(80,5)
Material de transporte	616 774	3,3	2 298 813	2,8	26,3	15,5	0,6	3,1	1,8	(41,9)
Madeira	2 505 799	13,4	7 916 985	9,8	23,0	2,2	0,1	3,8	1,3	(65,8)
Mobiliário	1 358 674	7,3	4 251 584	5,2	22,8	5,6	0,2	4,6	1,9	(58,7)
Papel e papelão	296 401	1,6	2 701 581	3,3	44,2	13,8	0,3	4,0	0,9	(77,5)
Borracha	258 218	1,4	585 737	0,7	16,4	6,1	0,4	2,3	1,4	(39,1)
Couros, peles e similares	167 075	0,9	387 748	0,5	16,8	7,4	0,4	5,5	3,5	(36,4)
Química	948 882	5,1	24 868 848	30,7	65,3	5,3	0,1	2,1	0,1	(93,2)
Produtos farmacêuticos e veterinários	80 259	0,4	191 553	0,2	17,4	5,6	0,3	1,9	1,1	(42,1)
Perfumaria, sabões e velas	80 540	0,4	282 835	0,3	25,1	8,7	0,3	1,7	0,8	(52,9)
Produtos de matéria plástica	604 681	3,2	1 652 062	2,0	20,1	8,8	0,4	3,0	1,7	(43,3)
Têxteis	245 156	1,3	1 382 440	1,7	34,6	6,1	0,2	5,0	1,2	(76,0)
Vestúário, calçados e artefatos de tecidos	195 931	1,1	832 497	1,0	28,9	12,0	0,4	7,2	3,1	(56,9)
Produtos alimentares	2 005 995	10,8	4 850 119	6,0	17,7	7,2	0,4	2,7	1,6	(40,7)
Bebidas	546 165	2,9	941 219	1,2	10,9	(4,3)	(0,4)	2,2	1,0	(54,5)
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Editorial e gráfica	826 761	4,4	1 338 037	1,7	9,6	0,1	0,0	3,8	2,4	(36,8)
Diversas	284 938	1,5	1 045 633	1,3	26,0	8,0	0,3	4,2	1,7	(59,3)
Serviços auxiliares	384 468	0,2	123 308	0,2	23,3	5,1	0,2	5,9	2,3	(61,0)
TOTAL	18 657 326	100,0	81 071 014	100,0	29,4	6,4	0,2	3,4	1,1	(67,6)

FONTES: Censo Industrial - IBGE

*A preços de 1980. O índice utilizado para obter o VTI a preços de 1980 foi aquele divulgado pelo IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA no estudo: Produto Interno Bruto do Paraná - 1970-84. O deflator implícito para a indústria do Paraná, teve 1960 como ano-base (1960 = 100). O deflator utilizado para 1975 foi 21,3994

**Coeficiente de mão-de-obra = (pessoal ocupado/VTI) . 1000

Nesse sentido, observa-se que entre os gêneros mais dinâmicos da RMC, destacaram-se aqueles que utilizam tecnologia intensiva em capital: material elétrico e de comunicações, 45,1%; papel e papelão, 44,2% e química, 65,3% a.a.

Quando se passa da análise da estrutura do VTI para a do mercado de trabalho, as indústrias ligadas à agropecuária ainda predominam na geração de emprego.

Tendo por base tecnologias "poupadoras" de mão-de-obra, as novas unidades produtivas, mesmo em setores mais tradicionais, geram um volume relativamente menor de empregos. Assim, em todos os gêneros da indústria houve uma redução do coeficiente de mão-de-obra, chegando a ser bastante elevada essa queda, inclusive naqueles gêneros tradicionalmente absorvedores de mão-de-obra, como têxtil (-76,0%) e madeira (-65,8%).

Há que considerar que a introdução de tecnologias intensivas em capital em indústrias já existentes pode gerar efeitos mais perversos sobre a demanda por mão-de-obra que a implantação de novos gêneros, mesmo que relativamente mais poupadores de mão-de-obra. No caso da madeira, acompanhando a queda do seu coeficiente, constatou-se um crescimento anual de apenas 2,2% do pessoal ocupado, reduzindo sua participação relativa

de 15,0%, em 1975, para 12,2%, em 1980 (tabela 1.14).

TABELA 1.14 - PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO, SEGUNDO CLASSE E GÊNERO INDUSTRIAL, NA RMC - 1975-1980

CLASSE GÊNERO	1975		1980		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO 1980/1975 (A)	PART. REL. DO PES. OCUP. MÉDIA 1975-1980 (B)	CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (C)*	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
	Abs.	%	Abs.	%				
Indústrias Extrativas	780	1,2	536	0,6	(7,5)	0,9	(0,07)	(2,2)
Extração mineral	780	1,2	536	0,6	(7,5)	0,9	(0,07)	(2,2)
Indústrias de Transformação	62 270	98,8	86 501	99,4	6,6	99,1	6,54	102,2
Minerais não-metálicos	9 803	15,5	12 736	14,6	5,2	15,1	0,79	12,3
Metalúrgica	5 830	9,2	6 398	7,4	1,9	8,3	0,16	2,5
Mecânica	4 227	6,7	8 403	9,7	13,7	8,2	1,12	17,5
Material elétrico e de comunicações	2 245	3,6	3 958	4,5	11,3	4,1	0,46	7,2
Material de transporte	1 937	3,1	4 209	4,8	15,5	4,0	0,62	9,7
Madeira	9 483	15,0	10 591	12,2	2,2	13,6	0,30	4,7
Mobiliário	6 225	9,9	8 232	9,5	5,6	9,7	0,54	8,4
Papel e papelão	1 181	1,9	2 351	2,7	13,8	2,3	0,32	5,0
Borracha	590	0,9	802	0,9	6,1	0,9	0,05	0,8
Couro, peles e similares	924	1,5	1 341	1,5	7,4	1,5	0,11	1,7
Química	2 021	3,2	2 629	3,0	5,3	3,1	0,16	2,5
Produtos farmacêuticos e veterinários	155	0,2	205	0,2	5,6	0,2	0,01	0,2
Perfumaria, sabões e velas	137	0,2	212	0,2	8,7	0,2	0,02	0,3
Produtos de matéria plástica	1 824	2,9	2 828	3,2	8,8	3,1	0,27	4,2
Têxteis	1 217	1,9	11 648	1,9	6,1	1,9	0,12	1,9
Vestuário, calçados e arte- fatos de tecidos	1 411	2,2	2 574	3,0	12,0	2,6	0,31	4,8
Produtos alimentares	5 410	8,6	7 743	8,9	7,2	8,8	0,63	9,8
Bebidas	1 197	1,9	967	1,1	(4,3)	1,5	(0,06)	(0,9)
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-
Editorial e gráfica	3 181	5,0	3 202	3,7	0,1	4,4	0,00	0,0
Diversas	1 204	1,9	1 797	2,1	8,0	2,0	0,16	2,5
Serviços auxiliares	226	0,4	291	0,3	5,1	0,4	0,02	0,3
TOTAL	63 050	100,0	87 037	100,0	6,4	100,0	6,40	100,0

FDNTE: Censo Industrial - IBGE

$$*C = \frac{A \cdot B}{100}$$

A elevada participação da química na RMC deve-se à instalação da Refinaria da PETROBRÁS no Município de Araucária, desvinculada da atividade agropecuária e resultado de uma política de governo federal de descentralização das empresas estatais.

Diferentemente, a expansão e contração da atividade industrial no interior do Estado estiveram sempre estreitamente ligadas às oscilações da agropecuária.

(...) Esta indústria está sujeita às mudanças no volume da produção agrícola, às mudanças de localização das culturas e ao esgotamento dos recursos vegetais. Se se agrega a isto o fato de tratar-se de uma indústria que por sua própria natureza gera pequenos efeitos dinamizadores pela via da demanda interindustrial, é possível perceber que sua expansão e sua integração são bem mais difíceis que no caso de uma indústria mais diversificada como a de Curitiba.⁷

Já entre os gêneros instalados recentemente na RMC, como química ou material elétrico, observou-se maior dinamismo na geração de emprego.

⁷IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Estudos ... p.9.

No entanto, dado seu peso ainda pequeno na demanda por mão-de-obra, o resultado obtido não foi tão expressivo. Ou seja, em 1980 permaneciam como principais geradores de emprego os gêneros minerais não-metálicos, madeira, mobiliário, produtos alimentares e metalurgia, participando com 52,7% do total do pessoal ocupado.

Apesar do dinamismo do setor industrial na geração de emprego, crescendo à taxa de 6,4% a.a., e do incremento da PEA, ou seja, da oferta de mão-de-obra, serem consideravelmente maiores em termos relativos, 9,0% a.a., a variação absoluta apresentou discrepâncias ainda mais gritantes.

No período mais dinâmico da década, 1975-80, a indústria gerou 24 mil novos empregos no setor formal. De acordo com o Censo Demográfico, ao longo da década seriam necessários 107 mil novos empregos apenas para ocupar a PEA industrial.

Essa defasagem entre oferta e demanda por mão-de-obra teve como resultado o refúgio em atividades informais e a recorrência ao Terciário, tanto em atividades mais modernas quanto naquelas organizadas sob a forma de produção simples de mercadorias. Mesmo no núcleo mais desenvolvido da economia paranaense, a RMC, onde a indústria concentrou seu crescimento na década passada, coube ao Terciário o principal papel na absorção da mão-de-obra.

2 O EMPREGO NO SETOR INDUSTRIAL PARANAENSE NOS ANOS 80

Em 1980, o emprego industrial no Paraná apresentava um quadro no qual era transparente a predominância de alguns poucos gêneros na absorção de mão-de-obra. Assim, a indústria da construção, a da madeira e a de produtos alimentares detinham, segundo a RAIS, aproximadamente 160 mil empregos industriais (52,5%). Já em 1984, estes mesmos gêneros da indústria, à exceção dos produtos alimentares, revelam certa fragilidade na geração de emprego, caindo para 125 mil (46,0%).

Na realidade, toda indústria paranaense nesse período se ressentiu dos rumos da política econômica nacional. Pode-se afirmar que são poucos os gêneros da indústria que, em 1984, atingem níveis de emprego superiores ou semelhantes àqueles de 1980. Ao contrário, a grande maioria ainda se encontra em níveis inferiores. É o caso da indústria da construção e da madeira, para citar apenas as mais intensivas em mão-de-obra.

Alguns estudos desenvolvidos pelo IPARDES⁸ se dedicaram a analisar os efeitos da política econômica adotada pelo governo federal no período 1980-83 sobre a economia paranaense. Em síntese, tais estudos concluíram, com base em variáveis outras que não o emprego, que a especificidade da estrutura produtiva paranaense* amenizou os profundos efeitos negativos do ciclo econômico recessivo a nível nacional.

No entanto, considerando-se somente o setor Secundário, ambos — brasileiro e paranaense — foram seriamente afetados pelas medidas recessivas do governo. No Brasil, o produto industrial em 1983 era 7,4% inferior ao de 1980; em 1984, encontrava-se ainda mais de 2% abaixo do de 1980. No Paraná, o recuo foi igualmente significativo: em 1983, o produto industrial atingiu 7,6% e em 1984 era aproximadamente 5% inferior ao de 1980.

Tal constatação em termos de PIB incide negativamente sobre o emprego industrial. Desse modo, considerando o exposto e partindo basicamente das informações da RAIS, procurar-se-á delinear o perfil do

*Aproximadamente 60% do PIB provém da agropecuária, do comércio e da construção civil. Ver: ALGUMAS observações ... p.6.

⁸ALGUMAS observações sobre a evolução recente do produto interno bruto paranaense. Análise Conjuntural, Curitiba, 7(11):4-7, nov. 1985; EVOLUÇÃO recente da indústria agroalimentar no Paraná. Análise Conjuntural, Curitiba, 7(8):4-7, ago./1985. NOTA sobre desempenho recente da economia paranaense e os prováveis efeitos da estiagem. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(1):1-3, jan./1986.

mercado de trabalho formal da indústria no Paraná e RMC, de 1980 a 1984, e as conseqüências da crise econômica sobre a força de trabalho.

O Paraná contava em 1980, segundo a relação de declarantes da RAIS, com 11 294 estabelecimentos industriais. As oscilações positivas que se estenderam até 1982, quando o número de estabelecimentos elevou-se para 11 834, passaram a ser negativas nos anos seguintes, podendo-se constatar que, em 1984, o Estado detinha menor número de unidades produtivas que em 1982. Ou seja, enquanto em 1984 a economia brasileira já vinha apresentando sinais de recuperação, o Paraná contava com um setor industrial ainda debilitado pela crise econômica. O mesmo pode-se afirmar com relação ao total de empregos na indústria, embora em maior proporção, uma vez que em 1984 o emprego industrial era 10,6%* inferior ao de 1980.

A redução das unidades produtivas e do total de empregos repercutiu na estrutura industrial como um todo. É interessante salientar que, se em 1980 a grande maioria dos estabelecimentos industriais (79%) era de pequeno porte, ou seja, com até 19 empregados por unidade, em 1984, aumentou para 81% (tabela 2.1). Já em relação àquelas unidades que agregam de 20 a 249 e 1 000 e mais empregados, verificou-se decréscimo de participação em 1984, comparativamente a 1980 — 17% e 20%, respectivamente. Nos estabelecimentos na faixa dos 250 a 999 empregados, detectou-se certa estabilidade, uma vez que sua participação no total do emprego industrial, em 1980, era de 1,4% e, em 1984, de 1,5%.

TABELA 2.1 - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS NA INDÚSTRIA, SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, NO PARANÁ - 1980-1984

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*	1980				1984			
	Est.	%	Empregos	%	Est.	%	Empregos	%
→ 0	1 023	9,1	0	0,0	1 309	11,5	0	0,0
1 → 4	4 293	38,0	9 289	3,2	4 494	39,4	9 690	3,6
5 → 9	1 892	16,8	12 442	4,3	1 939	17,0	12 864	4,7
10 → 19	1 660	14,7	22 480	7,7	1 512	13,2	20 822	7,6
20 → 49	1 352	12,0	40 748	14,0	1 222	10,7	37 440	13,7
50 → 99	535	4,7	35 348	12,1	453	4,0	31 386	11,5
100 → 249	355	3,1	53 079	18,2	296	2,6	46 176	16,9
250 → 499	119	1,0	39 674	13,6	127	1,1	44 354	16,3
500 → 999	44	0,4	28 119	9,7	42	0,4	30 014	11,0
1 000 ou mais	21	0,2	50 242	17,2	17	0,1	39 905	14,7
TOTAL	11 294	100,0	291 421	100,0	11 411	100,0	272 651	100,0

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7

*Segundo número de empregos

*Dependendo da tabela original fornecida pela RAIS, os resultados sobre o número de empregos diferem entre si. A tabela 7 da RAIS, desagregada por tamanho de estabelecimento, apresenta resultados diferentes em termos de números de empregos em relação às demais tabelas. Por isso, ela só será utilizada para a análise das empresas por tamanho.

O emprego industrial teve uma dinâmica similar à dos estabelecimentos, tornando desnecessária a análise detalhada desse particular para a indústria como um todo, nesta fase do trabalho. Isso é, está-se afirmando que os aumentos ou reduções no número total de estabelecimentos foram acompanhados de acréscimos e quedas no total do emprego. No entanto, faz-se necessário assinalar que a grande maioria dos empregos industriais, diferentemente do que ocorre com os estabelecimentos, se concentra nas empresas de médio e grande porte. Em 1984, os estabelecimentos de 1 a 19 empregados, que representavam 70% do total de estabelecimentos, detinham tão-somente 16% da força de trabalho no setor Secundário (ver tabela 2.1).

A questão do tamanho das unidades produtivas será analisada sob a ótica do número de vínculos empregatícios dos estabelecimentos. Usualmente, seria necessária a utilização de outras variáveis, faturamento por exemplo, para se obter um perfil mais consistente da distribuição das empresas. No entanto, para o período mais recente, dispõe-se apenas das informações da RAIS, que permitem somente esse nível de desagregação.

Têm-se presente as limitações da hierarquização dos estabelecimentos assim obtida. A classificação por número de empregados relaciona-se diretamente à tecnologia utilizada em cada empresa, podendo variar em função do ramo ao qual a empresa pertence. Exemplificando, a pequena empresa da construção civil pode apresentar características muito distintas da pequena empresa da indústria química. Além disso, o surto industrial recente ao se concentrar em alguns poucos gêneros, gerou uma defasagem tecnológica entre as indústrias mais tradicionais do Estado e aquelas recém-instaladas.

Assim, estabelecer critérios de hierarquização a partir do número de vínculos pode levar a se situarem nos mesmos níveis empresas que na formação do valor agregado participam diferentemente, conferindo menor importância àqueles gêneros que realmente respondem pelo comportamento da economia, como é o caso da indústria química que, em 1980, respondia por 24,3% do VTI e apenas 3,7% do pessoal ocupado, segundo o Censo Industrial de 1980.

Dos três gêneros da indústria que em 1980 absorviam mais de 50% da mão-de-obra empregada pelo setor Secundário da economia paranaense, a construção civil era a mais representativa, participando com 24%. Em 1981, verificou-se um acréscimo de participação de 2% e, a partir daí, esse gênero inicia um longo e intenso processo de redução do pessoal ocupado, encerrando 1984 com um estoque de emprego 33% inferior àquele existente no início do período (tabela 2.2).

TABELA 2.2 - TOTAL DE EMPREGOS, SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS, NO PARANÁ - 1980-84

GÊNERO	1980		1981		1982		1983		1984	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Extração e tratamento de minerais	4 816	1,6	4 784	1,6	4 735	1,6	4 763	1,8	4 912	1,8
Minerais não-metálicos	19 239	6,3	18 407	6,3	18 089	6,1	15 297	5,9	15 362	5,7
Metalúrgica	10 184	3,3	9 664	3,3	14 319	4,8	9 592	3,7	9 705	3,6
Mecânica	12 324	4,1	11 556	4,0	10 891	3,7	10 226	3,9	11 311	4,2
Material elétrico e de comunicações	6 572	2,2	6 354	2,2	6 179	2,1	6 179	2,4	7 614	2,8
Material de transporte	4 692	1,5	4 457	1,5	4 335	1,5	4 160	1,6	4 941	1,8
Madeira	52 816	17,4	40 987	14,1	41 539	14,0	37 467	14,4	38 607	14,2
Mobiliário	13 713	4,5	13 605	4,7	15 157	5,1	13 722	5,3	13 684	5,0
Papel e papelão	12 421	4,1	11 625	4,0	11 841	4,0	11 820	4,5	12 747	4,7
Borracha	1 210	0,4	1 330	0,5	1 414	0,5	1 092	0,4	1 159	0,4
Couros, peles e similares	2 269	0,7	2 080	0,7	2 279	0,8	2 436	0,9	2 650	1,0
Química	8 470	2,8	8 777	3,0	8 735	2,9	8 548	3,3	9 253	3,4
Produtos farmacêuticos e veterinários	362	0,1	388	0,1	292	0,1	294	0,1	331	0,1
Perfumaria, sabões e velas	771	0,3	543	0,2	559	0,2	588	0,2	707	0,3
Produtos de matéria plástica	7 781	2,6	6 522	2,2	7 003	2,4	6 864	2,6	7 492	2,7
Têxteis	7 092	2,3	6 796	2,3	7 265	2,4	7 358	2,8	7 918	2,9
Vestuário, calçados e artigos de tecidos	5 482	1,8	5 107	1,8	5 881	2,0	5 634	2,2	6 388	2,3
Produtos alimentares	34 182	11,2	35 161	12,1	34 513	11,6	37 897	14,5	37 783	13,9
Bebidas	3 942	1,3	4 355	1,5	4 014	1,6	4 881	1,9	4 690	1,7
Fumo	929	0,3	953	0,3	1 052	0,3	1 019	0,4	994	0,4
Editorial e gráfica	5 132	1,7	5 250	1,8	5 571	1,9	5 196	2,0	5 486	2,0
Diversas	4 013	1,3	3 781	1,3	4 042	1,4	3 724	1,4	4 206	1,6
Utilidade pública	13 022	4,3	13 377	4,6	15 000	5,0	14 605	5,6	15 211	5,6
Construção civil	72 677	23,9	75 451	25,9	71 259	24,0	47 290	18,2	48 817	17,9
TOTAL	304 111	100,0	291 310	100,0	296 764	100,0	260 652	100,0	271 968	100,0

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 1-A

É importante salientar que essa queda acentuada do emprego na indústria da construção não se fez acompanhar pela redução no número de estabelecimentos. Ao contrário, em 1984 havia 145 estabelecimentos a mais que em 1980. Como a RAIS não permite uma desagregação que possibilite concluir se se trata de novos estabelecimentos ou não, acredita-se que nesse período as empresas sofreram um rearranjo para se adaptarem à crise. Assim, fez-se um redimensionamento das unidades produtivas, que implicou necessariamente a redução do pessoal empregado, fazendo com que as empresas mudassem de faixa. Acredita-se ser essa a situação dos 106 estabelecimentos na faixa de 20 a 249 e de 500 a 999 empregados. Verificou-se, igualmente, um aumento de 198 estabelecimentos com até quatro empregados. Ou seja, proporcionalmente a 1980, em 1984, o setor da construção civil era composto por um maior número de empresas de menor porte.

Pode-se supor que o aumento dos estabelecimentos com até quatro empregados estaria diretamente vinculado ao elevado número de desempregados qualificados gerado pela crise econômica. Esses, na falta de outra alternativa, criaram pequenas empresas de reparação e manutenção de residências, o que poderia explicar a evolução daqueles estabelecimentos, formados tão-somente de proprietários, ao longo dos anos 80. Aqueles que empregavam de uma a quatro pessoas cresceram sistematicamente até 1983 e apresentaram pequeno decréscimo em 1984 — quando tem início a recuperação econômica —,

perfazendo, mesmo assim, 109 estabelecimentos a mais que em 1980.

Um outro ponto a ser explorado poderia ser a contratação de mão-de-obra sem vínculo empregatício, comum na construção civil, possivelmente intensificada com a crise. Tais empresas estariam reduzindo a contratação de pessoal com carteira assinada e, conseqüentemente, os encargos sociais, sem, no entanto, alterar seu quadro de pessoal.

Nesse particular, os dados da PNAD são bastante elucidativos. Em 1984, comparativamente a 1981, verificou-se sensível redução das pessoas ocupadas com carteira assinada em relação ao total de pessoas ocupadas na construção civil (tabela 2.3).

TABELA 2.3 - RELAÇÃO ENTRE O TOTAL DAS PESSOAS OCUPADAS E AS COM CARTEIRA ASSINADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, NO PARANÁ - 1981-84

ANO	PESSOAS OCUPADAS		B/A (%)
	TOTAL (A)	Com Carteira Assinada (B)	
1981	183 533	102 375	55,8
1982	192 436	104 415	54,3
1983	158 874	71 532	45,0
1984	165 198	75 194	45,5

FONTE: PNAD - IBGE

Essa queda na relação pessoas ocupadas com carteira assinada/total das pessoas ocupadas certamente não se refere a um aumento de autônomos sem qualificação, como pedreiros e serventes, no setor da construção civil, pouco provável em períodos de crise — quando há uma retração na demanda por esse tipo de serviço. Acredita-se terem ocorrido subcontratações, que, além da redução de encargos sociais, trariam como alternativa a contratação de pequenos trabalhos temporários. Esse provável aumento pode estar relacionado, também, à expansão dos pequenos estabelecimentos, que encontram na subcontratação uma mão-de-obra mais barata.

Os gêneros madeira e produtos alimentares, conforme demonstrado na tabela 2.2, figuram em segundo e terceiro lugar na geração do emprego industrial. Ambos pertencem à indústria de transformação, a qual, na sua totalidade, foi responsável pela absorção de 69% e 75% da mão-de-obra e 85% e 84% dos estabelecimentos do setor industrial em 1980 e 1984, respectivamente (tabelas 2.4 e 2.5).

TABELA 2.4 - TOTAL DE EMPREGOS, SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, POR TIPO DE INDÚSTRIA, NO PARANÁ - 1980-1984

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*	INDÚSTRIA															
	Extrativa				Transformação				Utilidade Pública				Construção Civil			
	1980	%	1984	%	1980	%	1984	%	1980	%	1984	%	1980	%	1984	%
— 0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1 — 4	244	5,4	256	5,2	8 317	4,2	8 517	4,2	45	0,3	19	0,1	683	0,9	898	1,8
5 — 9	313	6,9	332	6,7	10 819	5,4	10 911	5,4	80	0,6	40	0,3	1 230	1,7	1 361	3,2
10 — 19	492	10,8	496	10,1	18 765	9,3	17 050	8,4	108	0,8	59	0,4	3 115	4,3	3 217	6,6
20 — 49	954	21,0	1 154	23,5	31 454	15,6	29 850	14,5	454	3,5	307	2,0	7 886	10,8	6 529	13,3
50 — 99	624	13,7	838	17,0	24 468	12,2	22 657	11,1	372	2,9	543	3,6	9 884	13,6	7 348	15,0
100 — 249	773	17,0	457	9,3	35 234	17,5	33 815	16,6	416	3,2	550	3,6	16 656	22,9	11 354	23,1
250 — 499	0	0,0	477	9,7	31 530	15,7	36 196	17,8	615	4,7	439	2,9	7 529	10,4	7 242	14,7
500 — 999	1 147	25,2	912	18,5	19 122	9,5	25 340	12,5	0	0,0	671	4,4	7 850	10,8	3 091	6,3
1 000 ou mais	0	0,0	0	0,0	21 466	10,7	19 474	9,5	10 932	84,0	12 583	82,7	17 844	24,6	7 848	16,0
TOTAL	4 547	100,0	4 922	100,0	201 175	100,0	203 410	100,0	13 022	100,0	15 211	100,0	72 677	100,0	49 108	100,0

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7

*Segundo número de empregos

TABELA 2.5 - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, POR TIPO DE INDÚSTRIA, NO PARANÁ - 1980-1984

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*	INDÚSTRIA															
	Extrativa				Transformação				Utilidade Pública				Construção Civil			
	1980	%	1984	%	1980	%	1984	%	1980	%	1984	%	1980	%	1984	%
— 0	26	9,6	34	11,6	850	8,9	1 043	10,9	6	7,9	2	4,4	141	10,2	230	15,1
1 — 4	110	40,7	118	40,4	3 854	40,3	3 955	41,4	24	31,6	7	15,2	305	22,1	414	27,1
5 — 9	49	18,2	50	17,1	1 649	17,2	1 651	17,3	12	15,8	6	13,0	182	13,2	232	15,2
10 — 19	35	13,0	35	12,0	1 390	14,5	1 243	13,0	8	10,5	4	8,7	227	16,4	230	15,1
20 — 49	32	11,9	37	12,7	1 062	11,1	960	10,1	14	18,4	11	23,9	244	17,7	214	14,0
50 — 99	10	3,7	13	4,5	378	4,0	325	3,4	5	6,6	8	17,3	142	10,3	107	7,0
100 — 249	6	2,2	3	1,1	243	2,5	219	2,3	3	4,0	4	8,7	103	7,6	70	4,5
250 — 499	0	0,0	1	0,3	95	1,0	103	1,1	2	2,6	1	2,2	22	1,6	22	1,4
500 — 999	2	0,7	1	0,3	30	0,3	36	0,4	0	0,0	1	2,2	12	0,8	4	0,3
1 000 ou mais	0	0,0	0	0,0	15	0,2	11	0,1	2	2,6	2	4,4	4	0,3	4	0,3
TOTAL	270	100,0	292	100,0	9 566	100,0	9 546	100,0	76	100,0	46	100,0	1 382	100,0	1 527	100,0

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7

*Segundo número de empregos

No gênero madeira, detectou-se queda de 27% no emprego gerado em 1984, comparativamente a 1980. Essa redução teve início em 1981, com leve aumento em 1982. Em 1983, tornou a cair e recuperou-se um pouco em 1984, em relação ao ano anterior.

Diferentemente da construção civil, a redução do emprego no ramo madeireiro fez-se acompanhar também de baixa no número de estabelecimentos. Assim, o confronto dos números permite concluir que, em 1984, informaram à RAIS 240 estabelecimentos a menos que em 1980. As maiores baixas ocorreram naqueles de 20 a 49 empregados, seguidos dos de 10 a 19 e 50 a 99 (tabela 2.6).

Como mecanismo de defesa frente à crise econômica, não se pode excluir a possibilidade de redimensionamento* das empresas também nesse gênero da indústria. Considerando as limitações inerentes à RAIS, já expostas anteriormente, supõe-se que a relativa manutenção dos estabelecimentos com

*Vale lembrar que o redimensionamento das unidades produtivas, mais que um mecanismo voluntário de defesa face à evolução da conjuntura econômica, constitui uma imposição do mercado para a sobrevivência das mesmas.

até quatro empregados não implica a mesma configuração de mercado dos anos de referência. Isto é, embora o estoque de unidades produtivas tenha se mantido praticamente estável, o fluxo de entrada e quebra pode ter sido elevado.

TABELA 2.6 - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS NA INDÚSTRIA MADEIREIRA, SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, NO PARANÁ - 1980-1984

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*	1980				1984			
	Est.	%	Empregos	%	Est.	%	Empregos	%
→ 0	155	7,8	0	0,0	157	8,9	0	0,0
1 → 4	537	26,9	1 191	2,3	557	31,7	1 259	3,2
5 → 9	316	15,8	2 132	4,0	303	17,3	2 073	5,4
10 → 19	376	18,8	5 240	9,9	318	18,1	4 400	11,4
20 → 49	379	19,0	11 619	22,0	272	15,5	8 481	21,9
50 → 99	140	7,0	9 495	18,0	84	4,8	5 757	14,9
100 → 249	67	3,4	10 821	20,5	40	2,3	6 023	15,6
250 → 499	20	1,0	6 919	13,1	19	1,1	6 231	16,1
500 → 999	3	0,1	1 805	3,4	4	0,2	2 196	5,7
1 000 ou mais	3	0,1	3 589	6,8	2	0,1	2 234	5,8
TOTAL	1 996	100,0	52 816	100,0	1 756	100,0	38 654	100,0

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7

*Segundo número de empregos

Na realidade, os dados da tabela 2.6 retratam o fraco desempenho da indústria madeireira — o qual teve início ainda nos anos 70, agravando-se na fase recessiva —, que registrou em 1984

(...) o menor nível de atividade de toda sua história (menos de 50% daquele obtido em 1980). (...) Parte dessa performance desfavorável foi influenciada pelo contínuo desaparecimento das pequenas e médias empresas que, por serem mais débeis financeiramente e apresentarem limitações tecnológicas e gerenciais, não têm condições de sobreviver numa estrutura de mercado mais concorrencial, na qual a escassez de matéria-prima constitui o principal entrave a uma produção com economias de escala.⁹

A indústria de alimentos foi praticamente uma das únicas a apresentar certo equilíbrio na absorção de mão-de-obra, chegando a deter, em 1984, aproximadamente 10% a mais de trabalhadores que aqueles existentes no início do período, apesar da pequena redução (cinco unidades) no número de estabelecimentos. Isso resulta do comportamento da agropecuária e do crescimento das exportações em 1984, sustentado em grande parte pelo café

⁹ALGUMAS observações ... p.6.

solúvel e carne de frango.

Por último, cabe mencionar a indústria de utilidade pública* que, apesar da pequena participação na absorção do emprego industrial, demonstrou acentuado dinamismo mesmo em período de crise. No entanto, esse ramo tem suas particularidades: a maciça presença do Estado — governo estadual e prefeituras municipais — na gestão da grande maioria das empresas e o fato de estar diretamente relacionado à expansão da população e dos serviços urbanos.

Nos anos de 1980 e 1984, houve redução de 40% no número de estabelecimentos e incremento de 14% no emprego (ver tabelas 2.4 e 2.5). Essa queda se deu basicamente nas empresas de menor porte, com até 49 empregados. Por sua vez, é oportuno destacar que apenas dois estabelecimentos de grande porte, ou seja, com 1 000 e mais trabalhadores, detinham acima de 80% da mão-de-obra empregada.

2.1 AS PARTICULARIDADES DO EMPREGO INDUSTRIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

O grande pólo industrial que se formou em Curitiba e RMC a partir de meados dos anos 70 com o conseqüente desdobramento em termos de aumento de arrecadação, PIB, valor agregado, etc. por si só justificariam a análise individualizada da indústria na RMC. Segundo informações da Secretaria de Finanças, em 1984, sua participação no valor adicionado do Estado foi de 56,5%, tendo atingido o ponto máximo em 1981, 58,7%.

No entanto, para os objetivos deste trabalho, o aspecto predominante é o peso da RMC no referente ao mercado de trabalho. Nesse particular, vale ressaltar que a RMC detém aproximadamente 46% do emprego industrial gerado no Estado.

A nível de gênero, a grande maioria se concentra nessa região: 14 dos 24 gêneros apresentaram participação superior a 50% (tabela 2.7). Enquanto alguns gêneros (mobiliário; couros, peles e produtos similares; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecidos e bebidas) reduziram sua participação no período 1980-84, outros se caracterizaram pela crescente tendência de concentração na RMC, como material de transportes, química, produtos farmacêuticos e veterinários, perfumaria, sabões e velas e produtos de matérias plásticas.

*Geração e fornecimento de energia elétrica, distribuição de gás, tratamento e distribuição de água, saneamento e limpeza urbana, urbanização e outras indústrias de utilidade pública não-especificadas ou não-classificadas.

TABELA 2.7 - PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL NA RMC
EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ESTADO - 1980-84

GÊNERO	1980	1981	1982	1983	1984
Extração e tratamento de minerais	25,3	26,5	27,1	29,6	26,3
Minerais não-metálicos	63,4	63,5	63,8	64,3	63,0
Metalúrgica	46,0	48,6	35,6	48,3	48,6
Mecânica	67,6	66,0	70,0	71,8	70,5
Material elétrico e de comunicações	89,2	87,1	87,4	87,9	87,7
Material de transporte	61,8	62,5	64,6	62,6	66,5
Madeira	24,5	27,4	27,3	27,4	27,9
Mobiliário	53,4	51,4	53,7	52,0	46,8
Papel e papelão	25,8	21,4	22,7	24,5	23,0
Borracha	63,4	65,3	66,2	60,5	60,7
Couros, peles e similares	60,8	57,2	51,7	48,4	47,0
Química	46,7	52,1	56,3	56,3	54,1
Produtos farmacêuticos e veterinários	80,1	77,8	82,5	88,8	93,1
Perfumaria, sabões e velas	54,9	84,0	86,6	85,7	85,0
Produtos de matéria plástica	74,5	75,7	77,0	78,9	81,6
Têxteis	21,2	18,7	15,8	13,7	13,4
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	36,7	30,0	30,1	30,0	29,3
Produtos alimentares	21,2	21,2	21,6	19,9	19,9
Bebidas	43,6	40,3	37,2	35,7	34,6
Fumo	58,4	54,4	53,7	54,8	58,9
Editorial e gráfica	62,9	58,7	58,1	58,9	60,4
Diversas	55,4	61,0	62,1	62,3	62,6
Utilidade pública	89,1	90,7	86,8	87,2	88,0
Construção civil	51,6	52,3	53,0	51,3	51,4
TOTAL	45,7	46,8	46,6	45,8	45,9

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 1.A

A dinâmica das empresas na RMC é igualmente assegurada pela maior participação relativa de estabelecimentos de médio e grande porte — 100 e mais empregados — aí localizados; em 1984, a proporção era de 6,1% para a RMC e 4,2% para o Estado. Na realidade, essa é uma das funções das regiões metropolitanas, as quais, além de agregarem atividades tipicamente urbanas, também se caracterizam pela absorção de elevado número de estabelecimentos de maior porte, o que, no caso da RMC, foi reforçado com a criação da CIC.

De modo geral, e guardadas as proporções dos respectivos parques fabris, pode-se afirmar que as empresas estabelecidas na RMC também passaram pelas adaptações e transformações que a evolução da conjuntura econômica impôs às indústrias do Paraná.

No Estado, a queda do emprego industrial em 1984, comparativamente

a 1980, foi de 10,6% e na RMC situou-se em torno de 10%. Essa situação ocorreu basicamente em função da liberação de mão-de-obra na construção civil. Outros gêneros, como produtos de minerais não-metálicos e madeira, igualmente contribuíram para o agravamento da situação, embora em menor proporção.

No referente à estrutura industrial, em 1980, a RMC, apesar de apresentar proporção mais elevada de estabelecimentos de maior porte em relação ao Estado, era formada em sua maioria, 74%, por estabelecimentos de pequeno porte, até 19 empregados. Em 1984, esse percentual evoluiu para aproximadamente 78%, mesmo com o decréscimo de participação do segmento de 10 a 19 trabalhadores. As demais empresas, à exceção daquelas que se situam na faixa de 250 a 499 empregados, igualmente apresentaram queda (tabela 2.8).

TABELA 2.8 - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS NA INDÚSTRIA, SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, NA RMC - 1980-1984

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*	1980				1984			
	Est.	%	Empregos	%	Est.	%	Empregos	%
0	271	7,3	0	-	374	9,7	0	-
1 → 4	1 257	33,8	2 881	2,1	1 369	35,4	2 997	2,4
5 → 9	646	17,4	4 277	3,1	704	18,2	4 651	3,7
10 → 19	568	15,3	7 568	5,4	552	14,3	7 656	6,1
20 → 49	491	13,2	15 126	10,9	436	11,3	13 389	10,7
50 → 99	204	5,5	14 121	10,2	194	5,0	13 485	10,8
100 → 249	174	4,7	26 535	19,2	136	3,5	21 380	17,1
250 → 499	59	1,6	20 610	14,9	63	1,7	21 350	17,1
500 → 999	32	0,9	20 857	15,1	28	0,7	20 202	16,2
1 000 ou mais	14	0,3	26 429	19,1	8	0,2	19 911	15,9
TOTAL	3 715	100,0	138 404	100,0	3 864	100,0	125 038	100,0

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7

*Segundo número de empregos

Mesmo sendo maioria, não são os estabelecimentos de menor porte os responsáveis pela dinâmica do emprego na indústria. Esta ocorre em função dos médios e grandes estabelecimentos (100 e mais empregados), que, em 1984, foram responsáveis por 66% do emprego gerado pelo Secundário na RMC.

A composição dos gêneros que mais absorvem mão-de-obra na RMC difere, em parte, daquela verificada para o Estado. A construção civil mantém a liderança e faz-se acompanhar da madeira, minerais não-metálicos e utilidade pública (tabela 2.9) que, juntos, responderam por 53% do emprego industrial em 1980, caindo para 47%, em 1984. Esses percentuais correspondem, respectivamente, a um total de 74 256 e 58 910 postos de

trabalho. Também registraram ganhos de participação a mecânica, material elétrico e de comunicações e produtos alimentares.

TABELA 2.9 - TOTAL DE EMPREGOS, SEGUNDO GÊNEROS INDUSTRIAIS, NA RMC - 1980-84

GÊNERO	1980		1981		1982		1983		1984	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Extração e tratamento de minerais	1 217	0,9	1 270	0,9	1 284	0,9	1 409	1,2	1 290	1,0
Minerais não-metálicos	12 205	8,8	11 696	8,6	11 536	8,3	9 835	8,2	9 684	7,8
Metalúrgica	4 685	3,4	4 697	3,5	5 098	3,7	4 635	3,9	4 718	3,8
Mecânica	8 334	6,0	7 624	5,6	7 604	5,5	7 342	6,1	7 972	6,4
Material elétrico e de comunicações	5 859	4,2	5 534	4,1	5 400	3,9	5 429	4,6	6 676	5,3
Material de transporte	2 901	2,1	2 786	2,1	2 800	2,0	2 604	2,2	3 284	2,6
Madeira	12 962	9,3	11 230	8,2	11 337	8,2	10 256	8,6	10 756	8,6
Mobiliário	7 326	5,3	6 987	5,1	8 144	5,9	7 134	6,0	6 409	5,1
Papel e papelão	3 200	2,3	2 489	1,8	2 684	1,9	2 892	2,4	2 929	2,3
Borracha	755	0,5	869	0,6	936	0,7	661	0,5	704	0,6
Couros, peles e similares	1 380	1,0	1 189	0,9	1 178	0,9	1 179	1,0	1 246	1,0
Química	3 954	2,8	4 578	3,4	4 916	3,6	4 816	4,0	5 010	4,0
Produtos farmacêuticos e veterinários	290	0,2	302	0,2	241	0,2	261	0,2	308	0,3
Perfumaria, sabões e velas	423	0,3	456	0,3	484	0,4	504	0,4	601	0,5
Produtos de matéria plástica	5 798	4,2	4 939	3,6	5 395	3,9	5 401	4,5	6 111	4,9
Têxteis	1 500	1,1	1 274	0,9	1 152	0,8	1 010	0,9	1 064	0,9
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	2 011	1,5	1 527	1,1	1 769	1,3	1 677	1,4	1 871	1,5
Produtos alimentares	7 233	5,2	7 448	5,5	7 443	5,4	7 533	6,3	7 507	6,0
Bebidas	1 719	1,2	1 756	1,3	1 791	1,3	1 741	1,5	1 625	1,3
Fumo	543	0,4	519	0,4	565	0,4	559	0,5	585	0,5
Editorial e gráfica	3 226	2,3	3 082	2,3	3 235	2,3	3 062	2,6	3 314	2,7
Diversas	2 223	1,6	2 306	1,7	2 511	1,8	2 322	1,9	2 635	2,1
Utilidade pública	11 609	8,4	12 138	8,9	13 028	9,4	12 737	10,7	13 383	10,7
Construção civil	37 480	27,0	39 502	29,0	37 750	27,3	24 280	20,4	25 087	20,1
TOTAL	138 833	100,0	136 198	100,0	138 281	100,0	119 279	100,0	124 769	100,0

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, Tabela 1.A

A construção civil, que em 1981 empregava 29% da mão-de-obra total da indústria, perde participação a partir de 1982, atingindo 20% em 1984.

Esse panorama, também configurado no Estado, e já analisado anteriormente, relaciona-se à readequação interna das empresas frente a uma conjuntura econômica desfavorável que resultou no desaquecimento da demanda por novas obras; ao elevado grau de desemprego qualificado, o qual provavelmente motivou o aparecimento de maior número de pequenas unidades de reparação e conservação e à contração de mão-de-obra sem vínculo empregatício, proporcionando às empresas certo desafogo no referente ao recolhimento dos encargos sociais. Esses argumentos, que explicam igualmente o ocorrido com as empresas da construção civil na RMC, não inviabilizam o levantamento de outras particularidades do setor na região, as quais possibilitam um melhor entendimento do porquê da queda do emprego no início dos anos 80.

Ao se compararem os estabelecimentos ligados à construção civil no início e final do período, 1980 e 1984, verifica-se um aumento de 698 para 702, respectivamente. No entanto, a análise dos quatro anos consecutivos

revela que o acréscimo de unidades produtivas atinge o máximo em 1982, 777, caindo para 771 em 1983, bem acima dos registros administrativos obtidos pela RAIS em 1980.

Outra particularidade diz respeito ao tamanho dos estabelecimentos. Proporcionalmente ao total do Estado, em 1980, a RMC detinha 74% das empresas com mais de 250 empregados. Embora essa participação se reduza gradativamente nos anos seguintes, ainda é maioria em 1984: 63%. Em 1982, quando a RAIS registra acréscimo significativo das unidades,* este se dá, principalmente naquelas de pequeno porte, com até 49 trabalhadores. É bem verdade que os estabelecimentos que empregam de 100 a 249 empregados também apresentaram alta, o que não ocorreu nos situados em faixas mais altas. Esta a razão da redução de mão-de-obra já a partir de 1982, acentuando-se em 1983, quando a quebra das unidades de maior porte é mais significativa. Observa na tabela 2.10 que as pequenas empresas (até nove empregados) foram as que mais proliferaram no período recessivo. No entanto, a RMC detém apenas 45% dessas unidades.

TABELA 2.10 - EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL, NA RMC - 1980-1982-84

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*	1980		1982		1983		1984	
	Est.	Empregos	Est.	Empregos	Est.	Empregos	Est.	Empregos
→ 0	71	0	79	0	106	0	98	0
1 → 4	149	318	170	386	223	498	191	395
5 → 9	88	595	116	817	117	784	101	666
10 → 19	114	1 558	122	1 666	108	1 490	100	1 382
20 → 49	112	3 618	134	4 288	118	3 821	90	2 654
50 → 99	72	5 075	68	4 834	41	2 806	62	4 172
100 → 249	64	10 422	59	9 675	39	6 294	41	6 894
250 → 499	14	4 764	20	7 339	15	5 094	14	4 317
500 → 999	11	7 312	8	3 277	2	1 431	3	2 331
1 000 ou mais	3	3 818	1	1 179	2	2 176	2	2 420
TOTAL	698	37 480	777	35 461	771	24 394	702	25 231

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7

OBS.: Dependendo da tabela original fornecida pela RAIS, os resultados sobre o número de empregos diferem entre si. Daí a diferença desta tabela face à 2.9

*Segundo número de empregos

A indústria madeireira e de minerais não-metálicos foi responsável por aproximadamente 16% do emprego gerado na RMC em 1984. Dos

*Tendo em vista o aperfeiçoamento da RAIS ao longo dos anos 80, persiste a dúvida de esse crescimento ter ocorrido em função do provável aumento de sua cobertura ou da criação de novos estabelecimentos.

estabelecimentos ligados ao ramo madeireiro, 19% se localizam na RMC, caracterizando-se pela produção mais "refinada" da matéria-prima. Esse processo, por sua vez, exige um aperfeiçoamento tecnológico mais acentuado implicando menor utilização de mão-de-obra.

No que diz respeito aos minerais não-metálicos, a participação da RMC no total das empresas estaduais é maior, 42%, justamente devido à disponibilidade de matéria-prima na região.

Essas observações objetivam esclarecer possíveis dúvidas na comparação das tabelas 2.9 e 2.11, nas quais se detecta uma certa igualdade no número de emprego entre os dois gêneros, enquanto os estabelecimentos da indústria de minerais não-metálicos superam significativamente àquelas da indústria madeireira.

TABELA 2.11 - EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS E MADEIRA, NA RMC - 1980-1982-84

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*	1980		1982		1983		1984	
	Minerais Não-Met.	Mad.	Minerais Não-Met.	Mad.	Minerais Não-Met.	Mad.	Minerais Não-Met.	Mad.
— 0	36	14	65	25	86	23	66	12
1 — 4	266	73	272	86	239	83	203	88
5 — 9	92	45	82	70	64	72	63	70
10 — 19	62	70	55	60	49	62	46	75
20 — 49	58	54	50	52	47	55	43	44
50 — 99	14	23	13	23	10	15	10	16
100 — 249	11	17	8	14	5	10	6	9
250 — 499	3	8	4	3	5	9	5	10
500 — 999	3	1	2	2	1	1	4	2
1 000 ou mais	2	2	2	2	2	1	0	1
TOTAL	547	307	553	337	508	331	446	327

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7

*Segundo número de empregos

Outra constatação que explica essa diferença é a grande concentração de estabelecimentos da indústria de minerais não-metálicos com mais de 100 empregados na RMC, que atingiu, em 1984, 72%, contra 34% da indústria madeireira.

A indústria de utilidade pública, de acordo com a tabela 2.9, ganha participação na composição do emprego na RMC, passando de 8,4% em 1980 para 10,7% em 1984.

Há que ressaltar aqui certas funções da RMC no tocante a esse gênero da indústria. Por se tratar de região metropolitana, a elevada participação da população exige certa centralização administrativa, a qual

justifica a elevada participação do emprego, 88% em 1984, em contraposição a tão-somente 30% dos estabelecimentos existentes no Estado. Esse fato, por sua vez, decorre da maciça presença de estabelecimentos de grande porte (1 000 e mais empregados) na região (tabela 2.12). Já nos demais municípios do Estado, cada qual agregando uma população mais reduzida, a incidência maior é de unidades menores.

TABELA 2.12 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECI-
TAMENTOS NA INDÚSTRIA DE
UTILIDADE PÚBLICA DA RMC NO TOTAL
DO ESTADO - 1980-1982-84

(Em %)

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*	1980	1982	1983	1984
→ 0	17	-	-	-
1 → 4	12	20	25	43
5 → 9	-	33	25	-
10 → 19	25	17	12	25
20 → 49	29	30	40	36
50 → 99	20	33	43	37
100 → 249	33	25	-	-
250 → 499	50	100	100	100
500 → 999	-	-	-	-
1 000 ou mais	100	100	100	100
TOTAL	20	30	31	30

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7

*Segundo número de empregos

2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1980 e 1984, os registros administrativos da RAIS revelam que a indústria paranaense sofreu uma redução aproximada de 32 mil empregos, ou seja, 11% de queda no nível de ocupação formal da indústria. Em 1983, essa queda ultrapassou 43 mil postos de trabalho.

É domínio público que no triênio 1980-83 a indústria nacional registrou sucessivas reduções de produção, relacionadas diretamente à política econômica recessiva imposta ao país, a qual teve dois momentos cruciais: o primeiro, em 1981, e o segundo, em 1983. É de se supor, portanto, que o emprego percorreu igual trajetória.

No Paraná, especificamente, e por motivos já apontados, o choque recessivo de 1981, muito embora não tenha incidido negativamente sobre o PIB, provocou redução de 4,2% no emprego (tabela 2.13). Desagregadamente, a queda do emprego foi maior na indústria extrativa e de transformação, atingindo 6,4%, enquanto a indústria da construção civil e a de utilidade pública mantiveram taxas positivas de crescimento. Esta última, aliás,

beneficiada pela sua peculiaridade organizacional, em que é elevada a participação do Estado, obteve um desempenho excepcional não apenas nesse momento, mas em todo período de crise.

TABELA 2.13 - ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO PIB E EMPREGO, POR RAMO INDUSTRIAL, NO PARANÁ - 1980-84
(Base 1980 = 100)

RAMO	1980	1981	1982	1983	1984
Extração e Transformação					
PIB	100,0	103,6	88,8	92,2	95,8
Emprego	100,0	93,6	96,4	91,0	95,2
Construção Civil					
PIB	100,0	104,8	103,3	84,8	80,0
Emprego	100,0	103,8	98,1	65,1	67,2
Utilidade Pública					
PIB	100,0	106,8	115,1	122,3	136,0
Emprego	100,0	102,4	115,2	112,2	116,8
TOTAL da Indústria					
PIB	100,0	104,0	92,8	92,6	95,5
Emprego	100,0	95,8	97,6	85,7	89,4

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Produto Interno Bruto do Paraná 1970-84. Curitiba, 1985

Em 1983, as elevadas taxas negativas de crescimento do PIB (7,4%) e do emprego (14,3%) ilustram a intensidade dos efeitos perversos do segundo choque recessivo sobre a indústria. A construção civil, principal atingida, reduziu o PIB em 15,2% e o emprego em 34,9%. Assim, a redução de mais da metade dos 43 mil empregos registrada na indústria paranaense, ocorreu nesse setor. Esse quadro resulta principalmente da paralisação e/ou redimensionamento do investimento público, em obras de saneamento, pavimentação ou edificações, e da crescente redução da renda familiar (em detrimento da demanda por novas habitações), quer pelo aumento gradativo do desemprego, quer pela política salarial imposta a partir de 1979.

Como se pode observar, ainda na tabela 2.13, em 1984, comparativamente ao ano anterior, a intensidade das taxas negativas diminuiu na indústria, enquanto no setor da construção a queda do PIB acentuou-se e o emprego, mesmo mantendo taxa de crescimento negativa, apresentou ligeira recuperação.

Fica evidente que, em praticamente todo o período analisado, a queda do nível de emprego superou a do produto industrial. A indústria em 1983 quase duplicou essa margem, principalmente em função de que a construção civil, nesse ano, mais que dobrou a diferença da queda do emprego

em relação à do PIB. Já, em 1982, a posição se inverteu, pois o declínio do PIB da indústria extrativa e de transformação superou o do emprego. Há que salientar os diferentes pesos dos diversos ramos na composição do PIB e do emprego. Nesse particular, ficou evidenciado que os ramos que provocaram a acentuada queda do PIB não tiveram o mesmo efeito sobre o nível de emprego, tanto que foi nesse ano que este atingiu o menor percentual de queda.

Algumas considerações sobre como se processou o ajustamento do emprego industrial nesse período crítico da economia paranaense cabem ser levantadas. A princípio, poder-se-ia supor que a variação negativa do emprego ao longo dos anos 80 tivesse ocorrido em função do aumento dos empregados desligados. No entanto, constatou-se que o ajustamento se deu através da redução de novas admissões e de demissões. Assim, as admissões baixaram de 238 294 em 1980 para 166 936 em 1984, representando uma queda aproximada de 30% (em 1983, essa atingiu 36%), enquanto as demissões em igual período sofreram uma redução de 71 051 desligamentos (32%).

Não se pode atribuir aos diversos gêneros da indústria igual comportamento. Como se verificou, há aqueles em que a incidência dos efeitos recessivos foi mais intensa que em outros. Considerando-se tão-somente os gêneros de maior peso na composição do emprego no Estado — construção civil, alimentar, madeira, minerais não-metálicos e utilidade pública —, tem-se, com exceção dos minerais não-metálicos e da construção civil, comportamento similar ao verificado na indústria como um todo.

O gênero minerais não-metálicos, além do aumento das demissões até 1982, reduziu significativamente novas contratações. Em 1983, houve 5 760 admissões, representando a metade das de 1980 (11 662).

Na construção civil, a gravidade e extensão da crise econômica sobre o nível de emprego podem ser também avaliadas pela drástica redução nas contratações: 96 887 admissões em 1980, 56 236 em 1983 e 59 247 em 1984. As demissões aumentaram até 1982, reduzindo-se a partir daí.

Muito embora as conclusões descritas apontem, de certa forma, para uma redução na rotatividade de mão-de-obra nos anos 80, não se pode desprezar a alta proporção registrada na diminuição de novas contratações, a qual leva a uma redução automática no número de dispensas.

3 A DINÂMICA DO EMPREGO NO TERCIÁRIO PARANAENSE NOS ANOS 80

A dinâmica do setor Terciário, à medida que está vinculada aos movimentos, tanto da atividade agropecuária quanto industrial, pode apresentar características muito específicas. É evidente a importância da atividade agrícola no delineamento do comportamento da economia estadual (em 1984, a agropecuária participava com 19,6% do PIB do Estado)¹⁰ e as repercussões sobre o Terciário.

No decorrer da primeira metade dos anos 80, as oscilações da agropecuária têm influenciado decisivamente o PIB, de tal forma que

(...) a queda do resultado da atividade econômica só não foi mais significativa graças ao saldo favorável do setor agropecuário (principalmente até 1983) que apresentou em 1984 um produto 3,9% superior ao de 1980.¹¹

Essa boa performance da atividade agrícola determinou estímulos aos setores do Terciário a ela interligados. É o caso do comércio de mercadorias, serviços auxiliares da atividade econômica, serviços de transporte e entidades financeiras.

Além disso, a presença de relações informais de trabalho, assumindo, geralmente, proporções elevadas no Terciário, dita também diferenciações ao comportamento da indústria.

Assim, à luz das informações da PNAD e RAIS, pretende-se traçar um perfil do mercado de trabalho no Terciário do Paraná e RMC, considerando como essas inter-relações com os outros dois setores, agricultura e indústria, podem afetar o nível de emprego.

As informações da PNAD* para o Paraná indicam um aumento sistemático das pessoas ocupadas de 1981 a 1984 no Terciário (tabela 3.1). Mesmo com a redução dos níveis de atividade econômica no Estado, o setor continuou a apresentar uma evolução positiva do emprego, apesar de a taxa ser decrescente. Os ramos que proporcionaram esse bom desempenho,

*As informações da PNAD foram utilizadas apenas para a análise do Terciário, em função da sua reduzida desagregação para a indústria.

¹⁰IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Produto Interno ...

¹¹ALGUMAS Observações ...

crecendo acima da média do setor, foram comércio de mercadorias (com exceção do período 1981-82), prestação de serviços, serviços auxiliares da atividade econômica e outras atividades. Os serviços sociais reduziram o número de pessoas ocupadas, sistematicamente, de 1981 a 1983. Em 1984, retomaram o caminho ascendente, situando-se 13% acima do nível de 1981.

TABELA 3.1 - PESSOAS OCUPADAS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1981-84

RAMO	1981		1982		1983		1984		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	1984/1981 (%)
Comércio de mercadorias	317 652	26,5	312 147	24,9	328 806	25,4	347 778	24,8	3,0
Prestação de serviços	367 781	30,8	397 454	31,6	436 975	33,8	455 394	32,5	7,1
Serviços auxiliares da atividade econômica	61 137	5,1	76 816	6,1	76 934	6,0	79 334	5,7	8,7
Transporte e comunicação	106 259	8,9	103 184	8,2	98 613	7,6	109 749	7,8	8,6
Social	185 226	15,5	184 728	14,7	173 607	13,4	209 335	15,0	4,1
Administração pública	89 543	7,5	103 839	8,3	95 792	7,4	106 186	7,6	5,7
Outras atividades	67 808	5,7	77 837	6,2	83 106	6,4	92 768	6,6	10,4
TOTAL	1 195 406	100,0	1 256 005	100,0	1 293 833	100,0	1 400 544	100,0	5,3

FONTE: PNAD - IBGE

A queda do emprego no comércio de mercadorias, observada unicamente no período 1981-82, acompanhou a violenta redução de 8,8% no PIB do ramo. Esse período foi marcado por taxas negativas de incremento tanto no PIB industrial quanto na agricultura.* Aos reflexos funestos da política econômica recessiva, materializados de forma mais visível na indústria no Paraná, somou-se o fraco desempenho da sua agricultura em 1982, resultado de forte geada, comprometendo boa parte da lavoura de café (tabela 3.2).

TABELA 3.2 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL E ÍNDICE ACUMULADO DO PIB, SEGUNDO SETOR E SUBSETOR, NO PARANÁ - 1981-84

(Base 1980 = 100)

SETOR SUBSETOR	1981	1982	1983	1984	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	
					1981-83	1981-84
Agropecuária	11,7	(8,3)	6,7	(4,9)	109,3	103,9
Indústria	4,0	(10,7)	(0,6)	3,1	92,6	95,5
Extração e transformação	3,6	(14,3)	3,8	3,9	92,2	95,8
Construção civil	4,8	(1,5)	(17,9)	(5,6)	95,1	89,7
Serviços industriais e de utilidade pública	6,8	7,8	6,3	11,2	122,4	136,1
Comércio	4,7	(8,8)	2,0	(0,9)	97,4	96,5
TOTAL	6,4	(9,5)	2,2	(0,2)	98,4	98,2

FONTE: IPARDES

*Para uma análise mais detalhada do comportamento do PIB por setor veja: ALGUMAS observações ...

A comparação com as informações para o Brasil (tabela 3.3) evidencia que, em 1982, os reflexos negativos sobre a economia paranaense foram relativamente mais fortes, tanto na indústria quanto na agricultura, ocorrendo o mesmo para o comércio de mercadorias.

TABELA 3.3 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL E ÍNDICE ACUMULADO DO PIB, SEGUNDO SETOR E SUBSETOR, NO BRASIL - 1981-84

(Base 1980 = 100)

SETOR SUBSETOR	1981	1982	1983	1984	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	
					1981-83	1981-84
Agropecuária	6,4	(2,5)	2,2	4,2	106,0	110,5
Indústria	(5,5)	0,6	(6,8)	6,0	92,4	97,9
Extração	0,2	6,7	14,5	27,3	122,4	155,8
Transformação	(6,5)	0,2	(6,3)	6,0	87,8	93,1
Construção civil	4,2	0,0	(15,0)	1,9	81,4	83,0
Serviços industriais e de utilidade pública	3,4	6,3	7,8	12,2	118,5	132,9
Comércio	(2,8)	0,9	(3,5)	2,4	94,6	96,9
TOTAL	(1,6)	0,9	(3,2)	4,5	96,1	100,4

FONTES: Centro de Contas Nacionais - DSC/IBGE/FGV, citado em Análise Conjuntural, v.8, n.1, jan. 1986

Nos anos seguintes (1983-84), o nível de emprego no comércio retomou o caminho ascendente (o PIB do ramo voltou a se reduzir apenas em 1984, 0,9%, provavelmente em função do desempenho negativo da agropecuária), juntamente com a prestação de serviços, serviços auxiliares e outras atividades.

No caso da prestação de serviços, é possível especular sobre o aumento do número de pessoas engajadas no setor informal. Dado que algumas atividades da prestação de serviços têm condições de absorver um volume relativamente elevado de autônomos, sem lhes exigir um montante muito alto de recursos próprios, num período de crise, o auto-emprego pode surgir como alternativa ao desemprego.

Este tipo de especulação também é válida para o comércio de mercadorias, principalmente no caso do vendedor ambulante. Entretanto, não se deve esquecer que a recorrência ao auto-emprego, atuando nas franjas do mercado, acha-se limitada pelo dinamismo do núcleo capitalista. Essa expansão das atividades de caráter informal encontra, num período de crise, um espaço cada vez mais diminuto, o que, obviamente, dado o aumento do número de "produtores", resultará em rendimentos mais baixos.

Outro aspecto relevante na compreensão do bom desempenho do emprego nesses ramos refere-se à inter-relação do Terciário com a agricultura e a indústria. Num período marcado por redução tão dramática

do nível de atividade (em 1983, o PIB da indústria paranaense encontrava-se 7,4% abaixo do de 1980), a compreensão da performance positiva do Terciário em termos de geração de emprego passa necessariamente pela inter-relação que mantém com a agricultura.

Algumas atividades do Terciário, como comércio de mercadorias, acompanharam o crescimento de 6,7% do PIB agrícola em 1983. Apesar das oscilações observadas nos primeiros anos de 1980, a atividade agrícola manteve em 1981 e 1983 bom desempenho, num período em que os efeitos da redução da atividade industrial se mostraram mais severos sobre o mercado de trabalho paranaense.

É bem verdade que as transformações da década passada na agricultura paranaense, como a introdução da soja e das pastagens, substituindo extensas áreas dedicadas a culturas produzidas com base na pequena produção, que exigiam uma estrutura comercial bem mais diversificada, podem ter gerado efeitos negativos sobre a demanda por esse tipo de serviço, principalmente nas cidades de pequeno porte. A produção agrícola, quando desenvolvida predominantemente sob moldes capitalistas, exige além de uma readequação dos serviços de intermediação e comercialização, sua concentração em cidades de maior porte. No entanto, além de ainda restarem espaços consideráveis para a pequena produção no Paraná, podendo mesmo que precariamente manter alguns desses serviços, as próprias transformações requerem a criação de uma série de novos serviços, podendo em alguns casos resultar num incremento líquido de mão-de-obra.

No que se refere à expansão do PIB agrícola em 1983, na tabela 3.4 observa-se que a relação de trocas no período saltou de 41,6 para 57,2 resultado principalmente do direcionamento da atividade agrícola para a obtenção de um bom desempenho das exportações, acoplado a uma safra bastante satisfatória e à política de preços mínimos.

TABELA 3.4 - RELAÇÃO DE TROCAS ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA, NO PARANÁ E SÃO PAULO - 1979-84

ANO	PARANÁ	SÃO PAULO
1979	69,4	73,7
1980	54,7	62,7
1981	43,0	52,9
1982	41,6	63,0
1983	57,2	67,3
1984	57,9	77,8

FONTE: Conjuntura Econômica - FGV, v.40, n.2, fev. 1986

O crescimento do emprego no ramo "outras atividades" deve-se basicamente ao resultado de "entidades financeiras". Favorecido pela política econômica adotada a partir de 1981, o sistema financeiro apresentou taxas de crescimento elevadíssimas. Em termos de emprego, os dados da Federação Nacional dos Bancos - FENABAN - para o Brasil como um todo mostram um incremento significativo, atingindo seu pico em 1982: 12,0% (tabela 3.5), destacando-se, na absorção da mão-de-obra, os bancos nacionais privados, tanto em termos relativos quanto absolutos:

(....) Para os bancos, o recrudescimento do processo inflacionário e as altas taxas de juros, (....) constituíram-se em fonte de elevação de seus lucros, uma vez que os depósitos à vista não são remunerados. Ao longo dos últimos anos obtiveram, na média, lucros reais elevados — os bancos Bradesco, Itaú e Unibanco, por exemplo, apresentaram, comparando-se os resultados de junho de 1985 e 1984, crescimentos reais do lucro líquido de, respectivamente, 125,7%, 92% e 50,2%.¹²

TABELA 3.5 - NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E CRESCIMENTO PERCENTUAL, POR GRUPO DE BANCOS, NO BRASIL - 1979-84

ANO	BANCOS									
	Privados Nacionais		Estaduais		Associados e Estrangeiros		Outros		TOTAL do Sistema Bancário	
	Abs.	Cresc. (%)	Abs.	Cresc. (%)	Abs.	Cresc. (%)	Abs.	Cresc. (%)	Abs.	Cresc. (%)
1979	269 618	-	79 993	-	11 872	-	94 486	-	455 969	-
1980	282 668	4,8	81 213	1,5	11 880	0,1	105 065	11,2	480 826	5,5
1981	306 970	8,6	85 828	5,7	11 806	(0,6)	117 970	12,3	522 464	8,7
1982	339 987	10,8	94 536	10,1	12 173	3,1	138 193	17,1	584 889	12,0
1983	384 956	13,2	103 618	9,6	12 197	0,2	128 627	(6,9)	629 398	7,6
1984	426 620	10,8	107 473	3,7	12 177	(0,2)	...	-	...	-

FONTE: Conjuntura Econômica - FGV, v.40, n.2, fev. 1986

...: Informação não-disponível

Como já destacado, infelizmente a PNAD, que cobre todo o mercado de trabalho, não fornece informações mais desagregadas. Nesse contexto, surge a RAIS que, apesar de circunscrita ao núcleo capitalista, fornece uma desagregação maior das atividades econômicas.

As informações da RAIS* apontam para um comportamento diferente, em alguns aspectos, daquele descrito na PNAD. O emprego no Terciário como um todo cresceu ao longo dos anos 80, apresentando também taxa

*Ao utilizar as informações da RAIS, deve-se ter presente que para o Terciário há maiores limitações à análise temporal, pois, dadas as especificidades do setor, este se apresenta mais vulnerável às distorções introduzidas pelo aumento de cobertura.

¹² CONJUNTURA Econômica, Rio de Janeiro, FGV, v.40, n.2, fev. 1986. p.188

positiva, porém decrescente. É a nível de atividade econômica que surgem diferenças (tabela 3.6).

TABELA 3.6 - EMPREGOS OCUPADOS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA, NO PARANÁ - 1980-84

ATIVIDADE	1980		1981		1982		1983		1984		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO 1984/1980 (%)
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Serviços de transporte	36 083	6,2	36 474	5,9	37 671	5,8	37 386	5,7	38 543	5,6	1,65
Serviços de comunicações	11 285	1,9	11 459	1,8	11 853	1,8	8 804	1,3	12 687	1,8	2,92
Serviços de alojamento e alimentação	14 788	2,5	15 221	2,5	16 340	2,5	15 535	2,4	16 751	2,4	3,12
Serviços de reparação, manutenção e conservação	10 261	1,8	8 831	1,4	8 298	1,3	7 932	1,2	8 121	1,2	(5,85)
Serviços pessoais	25 403	4,4	26 521	4,3	24 743	3,8	23 784	3,7	24 529	3,5	(0,87)
Serviços comerciais	50 497	8,7	54 023	8,8	58 261	9,0	57 860	8,9	59 934	8,7	4,28
Serviços de diversão	876	0,2	840	0,1	830	0,1	555	0,1	602	0,1	(9,38)
Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	11 889	2,1	13 379	2,2	13 765	2,1	12 992	2,0	13 183	1,9	2,58
Entidades financeiras	33 042	6,0	42 681	6,9	47 403	7,3	52 459	8,1	56 285	8,1	11,83
Comércio atacadista	29 808	5,1	29 360	4,8	29 420	4,5	30 219	4,7	31 205	4,5	1,15
Comércio varejista	114 946	19,7	121 411	19,7	128 748	19,9	126 885	19,5	133 233	19,6	4,06
Comércio, incorporação e loteamento e administração de imóveis	2 866	0,5	2 777	0,4	2 985	0,5	2 722	0,4	2 956	0,4	(0,77)
Cooperativas	14 046	2,4	16 440	2,5	18 740	2,9	20 003	3,1	24 698	3,6	14,10
Fundações, entidades e associações não-lucrativas	43 873	7,5	51 856	8,4	56 072	8,7	57 530	8,9	62 907	9,1	9,00
Administração pública direta e autárquica	180 679	31,0	187 095	30,3	193 200	29,8	194 891	30,0	203 111	29,4	2,95
TOTAL	582 342	100,0	617 370	100,0	648 329	100,0	649 177	100,0	690 747	100,0	4,26

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 1.A

Primeiro, dada a cobertura da RAIS, os segmentos da prestação de serviços registraram participação relativamente menor que na PNAD, tendo em vista a não-abrangência do informal. Os serviços de alojamento e alimentação, reparação e pessoais eram responsáveis, em 1984, por apenas 8,2% do emprego no Terciário, encontrando percentual bem superior na PNAD (32,5%). Além disso, nos serviços de reparação, pessoais e diversões, os efeitos da conjuntura recessiva foram tão violentos que, em 1984, o nível absoluto de emprego era inferior ao de 1980.

Esses serviços, quando organizados em padrões capitalistas, visam atender basicamente à demanda de empresas e classes de renda mais alta. Com a redução do nível de atividade econômica, a conseqüente necessidade de redução de custos e compressão do orçamento familiar parece ter ocorrido naqueles setores tidos como não-essenciais.

A queda do volume de emprego ao longo dos primeiros anos de 80 foi se generalizando, paulatinamente, até 1983, quando apenas quatro atividades não tiveram redução: entidades financeiras, cooperativas, fundações, entidades e associações não-lucrativas e administração pública direta e autárquica.

No caso de entidades financeiras, a implementação da política econômica recessiva, ao contrário das demais atividades, favoreceu seu desenvolvimento, obtendo taxas elevadíssimas de lucro, resultando, assim, mesmo com o aumento da automação, num incremento da demanda por mão-de-obra.

O crescimento do emprego em cooperativas, concentrado no interior

do Estado, é resultado principalmente da tendência verificada nos anos 80, de um aumento significativo de sua participação no processo de agroindustrialização e diversificação de suas atividades. O fim do crédito subsidiado induziu as cooperativas a recorrerem à agroindustrialização como forma de autocalcapitalizarem-se.

(...) O crescimento e diversificação das atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, a capacidade de negociar com terceiros e o acesso ao crédito bancário permitem à cooperativa gerar um volume de excedente capaz de lhe proporcionar autonomia econômico-financeira para a acumulação.¹³

A tendência manifestada de expansão agroindustrial no interior das cooperativas contribuiu para um incremento na absorção de mão-de-obra, tanto no setor da indústria de produtos alimentares como na prestação de serviços vinculados a essa atividade.

Segundo informações da ACARPA — que classifica empregos ocupados em cooperativas atuantes na prestação de serviços e na agroindústria —, houve um incremento no total do pessoal ocupado de 15,1%. Considerando apenas aquelas dedicadas à prestação de serviços verificou-se uma redução aproximada de 13,8%, em 1984, comparativamente a 1981 (tabela 3.7).

TABELA 3.7 - NÚMERO DE EMPREGOS E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO, POR TIPO DE COOPERATIVA, NO PARANÁ - 1981-84

TIPO DE COOPERATIVA	1981	1982	1983	1984	1984/1981
Agropecuária	16 969	19 105	23 174	27 412	16,0
Consumo	411	373	207	224	(20,2)
Eletrificação/rural	288	209	205	199	(12,3)
Trabalho	76	60	74	90	5,6
Crédito rural	-	-	10	24	-
TOTAL	17 744	19 747	23 670	27 949	15,1

FONTE: Banco de Dados Cooperativistas - ACARPA/EMATER

O incremento do emprego na administração pública direta e autárquica pode ser associado a três fatores interdependentes, decorrentes do processo de urbanização (tabela 3.8). O primeiro refere-se à criação de vinte novos municípios a partir de 1980, gerando postos adicionais de trabalho na administração municipal. O segundo está vinculado à necessidade de aumento da participação do Estado, planejando e disciplinando

¹³ COOPERATIVAS paranaenses. *Análise Conjuntural*, Curitiba, 8(1):8-10, jan. 1986.

o crescimento populacional urbano e fornecendo serviços sociais básicos, e o terceiro ao acirramento das contradições sociais. Nesse particular,

(...) a demanda pelos serviços prestados pelas Agências Governamentais tende a crescer com o aumento da interferência do estado na economia (funções de controle e planejamento), com o aumento das tensões sociais (funções de prevenção, repressão, informação e propaganda) e com o aumento do padrão de vida da população (serviços sociais).¹⁴

TABELA 3.8 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA DE ALGUNS MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS, NO PARANÁ - 1980/1970 - 1985/1980

MUNICÍPIO	1980/1970	1985/1980
Curitiba	5,62	5,63
Londrina	4,90	4,68
Maringá	4,73	4,41
Cascavel	12,63	9,33
Foz do Iguaçu	16,15	(0,62)
Toledo	5,27	8,35
Guarapuava	7,32	5,42
Umuarama	5,72	4,79
Ponta Grossa	4,25	4,44

FONTE: IPARDES

O crescimento expressivo do emprego nas fundações, entidades e associações não-lucrativas pode ser compreendido da mesma forma que nas atividades da administração pública, à medida que, juntamente com as empresas de economia mista, integram o setor público como um todo.

Em períodos de retração econômica, o Estado e alguns segmentos da sociedade civil desempenham importante papel na dinamização da mão-de-obra. Sensibilizados com a miséria acentuada e com as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista, intensificam seus serviços assistenciais, gerando assim novos empregos em determinadas atividades.

Destaca-se, ainda, o surgimento dos primeiros indícios do processo de redemocratização a partir da metade da década de 70, que possibilitou uma reorganização das entidades de classes, sindicatos, federações de empregadores e empregados, etc. e conseqüente expansão do emprego nessas atividades.

¹⁴SINGER, Paul. Economia política do Trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. 2ª. ed. São Paulo, HUCITEC, 1979. p.76 (Economia & Planejamento): série Teses e Pesquisas).

3.1 ESPECIFICIDADES DO EMPREGO NO TERCIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

O emprego no setor Terciário na RMC está sujeito a comportamento bastante semelhante àquele observado para o Paraná, com algumas especificidades explicitadas a seguir.

Segundo informações da RAIS, 47,2% do total do emprego desse setor concentrava-se na RMC, em 1984. Essa expressiva participação do Terciário formal na absorção de mão-de-obra associa-se, em parte, ao desenvolvimento e modernização de algumas atividades diretamente ligadas à implantação e expansão dos setores industriais em Curitiba, como entidades financeiras e comércio de mercadorias.

O processo de industrialização exige a formação de uma rede de serviços, concentrada em grandes cidades, configurando um maior grau de desenvolvimento das forças produtivas, do qual depreende-se uma maior absorção da força de trabalho em atividades organizadas sob forma capitalista.

Por outro lado, o processo de "industrialização do campo" tem exigido, cada vez mais, estruturas urbanas consolidadas, visando suprir a demanda por serviços de comercialização, transporte, armazenagem e intermediação financeira.

Há que considerar, também, o incremento populacional das áreas urbanas do Estado, tendo como contrapartida a necessidade de maior participação do Estado no atendimento das demandas sociais. Nesse sentido, importa considerar que a RMC em 1980 apresentou, segundo o IBGE, a maior taxa de crescimento populacional das regiões metropolitanas brasileiras.

Utilizando as informações da PNAD, constata-se uma participação da RMC no total do emprego gerado pelo Terciário no Estado, em 1984, de apenas 32%.

Essa diferença (da ordem de 15%) entre os dados da PNAD e da RAIS quanto à participação da RMC na absorção de mão-de-obra do Estado pode ser analisada a partir das diferenças de cobertura da RAIS na RMC e no interior. À medida que na RMC há um maior grau de desenvolvimento das relações de trabalho, a RAIS pode apresentar aí uma melhor cobertura, ao passo que, no interior, a existência de relações mais tênues entre trabalho e capital podem implicar uma cobertura relativamente menor.

Entretanto, dada a magnitude dessa diferença (15%), provavelmente outras variáveis estão interferindo. Supondo que na RAIS e na PNAD, o segmento organizado do mercado de trabalho tenha a mesma dimensão, essa diferença estaria refletindo a menor participação relativa do emprego

em atividades informais na RMC, quando comparada ao interior. A nível geral, pode-se afirmar que o maior peso do setor informal no interior do Estado tende a ser determinado pelo espaço econômico mais amplo existente em algumas regiões para sobrevivência e mesmo reprodução dessas atividades, haja vista o estágio pouco avançado das relações de produção.

(....) A maior magnitude do setor não organizado em cidades com grau de desenvolvimento econômico relativamente menor pode estar associada a existência de um maior espaço econômico para inserção destas atividades. Na medida em que as atividades não tipicamente capitalistas atuam nas franjas do espaço econômico ocupado pelo capital, o menor grau de desenvolvimento das relações capitalistas de produção pode estar permitindo que esse setor atue mais livremente.¹⁵

No entanto, a expansão capitalista não necessariamente extingue o espaço das atividades não-organizadas, tendendo a deslocá-las de acordo com o nível de desenvolvimento econômico da região.

(....) O movimento relevante é que a produção capitalista pode vir a destruir certas atividades informais num determinado momento e local e simultaneamente criar e recriar outras.¹⁶

Com base nos dados da PNAD para a RMC, observa-se uma variação positiva do emprego no setor Terciário, ligeiramente superior àquela verificada no total do Estado. Esse comportamento favorável deve-se, basicamente, ao bom desempenho das atividades do comércio de mercadorias, prestação de serviços, transporte e comunicação e outras atividades (tabela 3.9).

TABELA 3.9 - PESSOAS OCUPADAS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE, NA RMC - 1981-84

ATIVIDADE	1981		1982		1983		1984		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO 1984/1981 (%)
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Comércio de mercadorias	86 848	23,5	83 887	20,9	87 522	21,9	93 298	20,9	2,4
Prestação de serviços	107 735	29,1	122 009	30,3	116 354	29,1	135 261	30,3	7,6
Serviços auxiliares da atividade econômica	21 413	5,8	30 521	7,6	30 237	7,6	27 053	6,1	0,1
Transporte e comunicação	33 148	9,0	37 782	9,4	36 863	9,2	41 615	9,3	7,6
Social	59 705	16,1	59 291	14,7	56 108	14,0	68 779	15,4	4,7
Administração pública	36 172	9,8	37 941	9,4	37 329	9,3	39 113	8,7	2,6
Outras atividades	24 680	6,7	30 733	7,7	35 607	8,9	41 572	9,3	17,4
TOTAL	369 701	100,0	402 166	100,0	400 020	100,0	446 691	100,0	6,3

FONTE: PNAD - IBGE

¹⁵CIMINELLI, Rossana Ribeiro. Expansão industrial e estrutura do mercado de trabalho em Minas Gerais 1970/84. Belo Horizonte, 1984. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.

¹⁶CACCIAMALI, Maria Cristina. Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo, USP, Instituto de Pesquisa Econômica, 1983.

O ramo outras atividades, que inclui a intermediação financeira, foi um dos principais responsáveis pelos novos postos de trabalho gerados no Terciário, crescendo à taxa anual de 17,4% na RMC e 10,4% no Estado. O maior dinamismo na RMC deve-se à tendência de concentração dos serviços financeiros em cidades de médio e grande porte, pela sua própria função econômica, determinada pela lógica do capital.

O desempenho das atividades de prestação de serviços (2,4% a.a.) e comércio de mercadorias (7,6% a.a.) coincide com o verificado para o Estado (3,0% e 7,1%, respectivamente).

A disparidade no comportamento dos serviços auxiliares da atividade econômica entre a RMC e o total do Estado (variação anual de 0,1% e 8,7%, respectivamente) pode relacionar-se à boa performance do setor agropecuário, ao passo que a indústria, concentrada no meio urbano, viu-se fortemente atingida pela recessão do período em análise. Nesse contexto, as atividades auxiliares do setor industrial sofreram duramente os efeitos da redução do nível de atividade econômica.

As atividades de transporte e comunicação apresentaram bom desempenho no período 1981-84, crescendo à taxa de 7,6% a.a., detendo a RMC 38% da mão-de-obra ocupada nesse ramo. Entretanto, pode-se aventar que a expansão do emprego nos serviços de comunicação não foi mais expressiva devido principalmente ao uso intensivo de tecnologia avançada, implicando poupança da mão-de-obra em relação ao capital investido. Nesse sentido, a maior participação na absorção de emprego fica por conta dos serviços de transporte rodoviário, em que é possível a sobrevivência de um número considerável de autônomos.

Cabe ressaltar que, de acordo com a PNAD, 1983 foi o pior ano em termos de geração de empregos no setor Terciário da RMC, com exceção das atividades financeiras e do comércio de mercadorias. Nas demais, constatou-se uma taxa de crescimento negativa em relação a 1982.

Portanto, as alterações política e econômicas do período afetaram de forma mais intensa a RMC. Esse comportamento pode estar refletindo, de um lado, seu afastamento das regiões agrícolas responsáveis pelo resultado positivo da economia paranaense nos anos mais recentes; de outro, a retração econômica, que afetou de forma expressiva as atividades urbanas, particularmente aquelas vinculadas à indústria, concentradas basicamente na RMC.

Os dados sobre o emprego no Terciário, originários da RAIS para a RMC, relativos ao período 1980-84, apresentaram taxa de crescimento de 2,7% a.a., inferior, portanto, à do Estado, que atingiu 4,3%. No entanto, os dados da PNAD em igual período registraram taxas superiores, 6,3% para o

Estado e 5,3% para a RMC.

Nesse sentido, cabe analisar o comportamento diferenciado das taxas de crescimento da RMC e do Estado, obtidas através da RAIS.

Pela tabela 3.10, nos serviços de comunicação, há uma variação negativa no emprego, -2,1% a.a., resultando numa queda de 576 postos de trabalho, em contraposição à taxa de 2,9% para o Estado. Isso pode ser consequência da maior utilização de tecnologia poupadora de mão-de-obra nessa atividade, que pode ter ocorrido de forma mais acentuada na RMC.

TABELA 3.10 - EMPREGOS OCUPADOS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA, NA RMC - 1980-84

ATIVIDADE	1980		1981		1982		1983		1984		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO 1984/1980 (%)
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Serviços de transporte	16 268	5,6	15 940	5,2	16 499	5,2	16 854	5,4	17 312	5,3	1,6
Serviços de comunicações	7 149	2,4	7 215	2,4	7 534	2,4	4 480	1,4	6 573	2,0	(2,1)
Serviços de alojamento e alimentação	7 147	2,4	6 979	2,3	7 359	2,3	7 202	2,3	7 499	2,3	1,2
Serviços de reparação, manutenção e conservação	3 087	1,1	2 905	1,0	3 007	1,0	2 954	1,0	3 004	0,9	(0,7)
Serviços pessoais	11 339	3,9	10 787	3,5	11 001	3,5	10 705	3,4	11 223	3,4	(0,3)
Serviços comerciais	32 909	11,3	36 066	11,8	39 402	12,5	38 230	12,3	38 961	11,9	4,2
Serviços de diversões	550	0,2	513	0,2	493	0,2	246	0,1	277	0,1	(17,2)
Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	11 139	3,8	12 117	4,0	12 421	3,9	11 912	3,8	12 229	3,8	2,3
Entidades financeiras	15 521	5,3	18 345	6,0	20 397	6,5	22 560	7,2	24 307	7,5	11,2
Comércio atacadista	11 795	4,0	10 931	3,6	10 786	3,4	10 768	3,5	11 400	3,5	(0,9)
Comércio varejista	39 374	13,5	42 518	14,0	44 580	14,1	44 808	14,4	46 677	14,3	4,3
Comércio, incorporação e loteamento e administração de imóveis	1 507	0,5	1 618	0,5	1 735	0,5	1 543	0,5	1 863	0,6	5,3
Cooperativas	428	0,1	525	0,2	486	0,2	766	0,2	972	0,3	20,5
Fundações, entidades e associações não-lucrativas	19 244	6,6	23 547	7,7	25 126	8,0	25 374	8,2	29 046	8,9	10,3
Administração pública direta e autárquica	114 911	39,3	114 519	37,6	114 644	36,3	113 227	36,3	114 652	35,2	(0,1)
TOTAL	292 368	100,0	304 525	100,0	315 470	100,0	311 849	100,0	325 995	100,0	2,7

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 1.4

A administração pública, direta e autárquica, apresentou em 1984 o mesmo nível de emprego de 1980, sendo que mais da metade dos postos de trabalho gerados na administração pública se concentram na RMC. Dos 203 mil empregos gerados em 1984, no Paraná, 114 652 foram na RMC. Ademais, a administração pública participa com 35,2% do emprego do Terciário, enquanto no Paraná como um todo, situa-se em 29,4%, crescendo a uma taxa de 3,0% a.a. no período 1980-84.

Essa divergência de comportamento da administração pública entre a RMC e o Estado que, ao lado de parte das fundações, entidades e associações não-lucrativas, compõe o setor público, possivelmente está relacionada às alterações políticas que vêm reduzindo, a partir de 1982, o número de empregos nessa atividade. De acordo com informações da Secretaria de Administração, o Estado reduziu o número de empregos em 6 937 entre 1982-83. Assim, pode-se inferir que, nesse período, o nível de emprego no setor público tenha sido garantido pela administração municipal e indireta (fundações, entidades e associações não-lucrativas), que cresceu a uma taxa de 10,3% a.a.

Nesse sentido, um trabalho do IPARDES detectava em 1983 que,

(...) como a Administração Estadual Direta emprega maior número

de funcionários e, por outro lado, suas atividades se concentram na área social, pode-se afirmar que o setor público estadual esteve longe de se aparelhar para responder às necessidades da rápida expansão urbana da última década, revelando insuficiente e inadequada oferta de serviços nas atividades sociais.¹⁷

3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que entre 1980 e 1984 o Paraná foi tomado por uma forte retração da atividade econômica, destaca-se o setor Terciário pela significativa expansão do volume de empregos que, segundo a RAIS, cresceu a uma taxa de 4,3% a.a. Esses empregos distribuíram-se em 1984 entre 49 074 estabelecimentos, predominando aqueles de maior porte (55%), dos quais 15 039 localizados na RMC. No entanto, ao ser excluída a administração pública, em que predominam estabelecimentos de grande porte, a distribuição dos empregos gerados no Terciário assume nova configuração, concentrando-se grande maioria, tanto de empregos quanto de estabelecimentos nas faixas de até 99 empregados (ver tabelas A.1 a A.8).

Essa constatação é característica específica da heterogeneidade existente na estrutura produtiva do Terciário, no qual existem serviços de consumo (diversões, alojamento, alimentação, etc.), destinados ao atendimento de uma parcela restrita da população, e serviços cuja expansão é resultado do poder aquisitivo de sua clientela. Assim, os serviços de consumo, que aumentam conforme o avanço da urbanização, tais como bares, restaurantes e outras atividades, tendem a se estabelecer como pequenas unidades produtivas.

Igualmente, naqueles serviços vinculados aos setores agrícolas e industrial — basicamente comercialização e intermediação financeira —, verifica-se o predomínio de pequenos e médios estabelecimentos.

O emprego na administração pública se concentra em empresas de maior porte. Assim, nas tabelas A.1 a A.8, nota-se que 33,1% das grandes unidades, com 100 empregados e mais, detêm 95,3% do emprego. Por sua vez, o peso dessa atividade na geração de emprego no Estado e na RMC também é significativo, atingindo 29,3% e 35,1% respectivamente. Isso se explica pela tendência de o desenvolvimento produtivo delegar ao Estado a responsabilidade pela execução de serviços de controle, administração e planejamento.

Pode-se concluir que a estrutura do Terciário paranaense confirma o esquema conceitual de que o espaço urbano configura-se como privilegiado

¹⁷O EMPREGO no setor público do Paraná. Análise Conjuntural, Curitiba, 5(2):1-3, fev./mar. 1983.

para a expansão dos serviços, à medida que exige concentração daqueles que se dedicam a essas atividades e daqueles que utilizam.

Além disso, a expansão das atividades terciárias, particularmente aquelas de responsabilidade do Estado, integra a problemática do planejamento urbano. Este tem-se voltado para as deficiências do sistema em relação à satisfação das necessidades da população e às possibilidades de resolvê-las através de intervenções políticas. Contudo, não se aprofunda a análise da natureza desses problemas e nem se proporciona uma forma eficaz de resolvê-los. Como exemplo, tem-se a falta de políticas permanentes de emprego — formal e informal.

Segundo a abordagem de Castells,¹⁸ insuficiências no tocante à saúde, educação e às demais questões enquadradas no consumo e reprodução da força de trabalho têm origem e são próprias da sociedade capitalista, da forma como é organizado o consumo, já que a distribuição dos produtos se efetiva segundo a localização dos indivíduos e grupos na estrutura social. Portanto, o planejamento urbano deveria constituir, privilegiando a variável geração de emprego e atendimento das necessidades básicas da população, a intervenção do sistema político sobre o econômico, que nos limites estruturais objetivaria resolver os problemas que ocorrem no interior da sociedade com a rápida urbanização.

¹⁸CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983, p.285-99.

4 A RETOMADA DO CRESCIMENTO E OS REFLEXOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO PARANÁ

4.1 A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE

A recuperação dos níveis de atividade econômica no Brasil começou no primeiro semestre de 1984, tendo por base o aumento das exportações industriais, principalmente de bens intermediários. À revelia do mercado interno, a indústria brasileira encontrava um caminho alternativo à recessão. No último trimestre, a indústria de bens de consumo e a de bens de capital apresentaram elevadas taxas de crescimento.

Em 1985 e 1986, retoma-se a ênfase ao mercado interno. Há a continuidade da expansão do produto industrial, porém movida pelo aumento do consumo e pela retomada dos investimentos.

A expansão do consumo foi motivada pela recuperação nos níveis de emprego e aumentos reais de salário, aumento nos saques das cadernetas de poupança entre julho e agosto e maior segurança no emprego.

No que diz respeito aos investimentos privados, segundo Suzigan¹⁹ há indicações claras de início de recuperação no final de 1985. Esses investimentos estariam direcionados principalmente para a modernização e reposição das instalações existentes. No entanto, essa recuperação ainda mostrou-se muito tímida.

Dadas as peculiaridades da economia paranaense, sua recuperação em 1984 foi modesta: as exportações no Brasil cresceram mais que no Paraná, diferenciadas em termos de pauta, destacando-se frango congelado e café solúvel; as exportações industriais têm peso diminuto nas vendas das indústrias do Paraná, uma vez que poucos foram os setores capazes de se adaptarem rapidamente às alterações da política econômica de 1984; os setores produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis não são muito expressivos; em 1984, também a agricultura apresentou desempenho negativo.

Observando a tabela 4.1, destacam-se as variações negativas do PIB paranaense em 1984 nos setores responsáveis por grande parte da sua dinâmica:

¹⁹ SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira em 1985/86: desempenho e política. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Centro de Estudos de Conjuntura, s.d. Mimeografado.

redução de 4,9% na agropecuária, 5,6% na construção civil e 0,9% no comércio. Mesmo a expansão do PIB industrial não foi suficiente para assegurar um desempenho positivo da economia paranaense em 1984.

TABELA 4.1 - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL DO PIB, SEGUNDO SETOR E SUBSETOR, NO PARANÁ - 1981-86

(Em %)

SETOR SUBSETOR	1981	1982	1983	1984	1985*	1986*
Agropecuária	11,7	(8,3)	6,7	(4,9)	27,0	(22,9)
Indústria	4,0	(10,7)	(0,3)	3,1	10,6	(0,2)
Extração e transformação	3,6	(14,3)	3,8	3,9	8,7	(2,0)
Construção civil	4,8	(1,5)	(17,9)	(5,6)	15,1	15,1
Serviços industriais e de utilidade pública	6,8	7,8	6,3	11,2	23,5	(2,0)
Comércio	4,7	(8,8)	2,0	(0,9)	11,5	1,2
TOTAL	6,4	(9,5)	2,2	(0,2)	15,5	(6,1)

FONTE: IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIERA. Produto Interno Bruto do Paraná 1970-84, Curitiba, 1985

*Indicadores preliminares - IPARDES

Só em 1985 o Paraná conseguiu realmente se recuperar, superando os níveis de atividade observados antes da crise. Não só a indústria extrativa e a de transformação apresentaram um bom desempenho, como também aqueles setores responsáveis pela queda do PIB em 1984: a agropecuária cresceu 27%, a construção civil, 15,1% e o comércio, 11,5%. O excepcional crescimento do PIB paranaense nesse ano proporcionou uma expansão de 13,4%, em relação a 1980.

No entanto, a estiagem prolongada entre 1985 e 1986 comprometeu seriamente os bons resultados alcançados naquele ano. Dessa vez, as quedas de 22,9% na produção agropecuária e 0,2% na indústria de transformação geraram uma redução de 6,1% no PIB total.

Esse resultado negativo não deve, entretanto, obscurecer o bom desempenho em alguns segmentos industriais, principalmente após o Plano de Estabilização Econômica. Alguns segmentos da indústria não-ligados diretamente à atividade agropecuária mantiveram as tendências de 1985, chegando mesmo a demandar aumentos na sua capacidade produtiva. É o caso da metal-mecânica, que em 1986 apresentava indicações concretas de expansão das unidades produtivas existentes.

Além disso, aqueles segmentos da indústria de bens de consumo não-duráveis, como fumo e bebidas, registraram crescimento bastante expressivo.

Não se pode esquecer a construção civil, reativada principalmente pelo Plano de Estabilização, que redirecionou recursos aplicados no sistema

financeiro, estimando-se um crescimento da ordem de 15% para 1986.

4.2 OS NOVOS RUMOS DO MERCADO DE TRABALHO URBANO

As informações utilizadas até o momento para a análise do emprego formal (RAIS) não estão disponíveis para os anos mais recentes (1985 e 1986). Por esse motivo, lançou-se mão das informações de variação absoluta do nível de emprego, oriundas da Lei 4923/65. Como não se dispunha de informações sobre estoque para esses anos, foi utilizado o artifício de agregar o aumento do emprego de 1985 e 1986 ao estoque de 1984 da RAIS.

Nesse sentido, propõe-se aqui proceder à análise das tendências explicitadas por essas informações, sem preocupação rigorosa com o valor absoluto obtido.

Ao se observar as tabelas 4.2 e 4.3, é possível tecer algumas considerações a respeito da evolução do emprego de 1980 a 1986. Inicialmente, a nível agregado, poder-se-ia supor que já a partir de 1983, a economia paranaense estaria recuperando os níveis de emprego formal de 1980. No entanto, essa recuperação é até certo ponto aparente, pois houve nesse período um aumento de cobertura da RAIS. Por outro lado, como a expansão da PEA não obedece à mesma dinâmica da oferta de emprego, acredita-se na existência de um elevado déficit na geração de emprego formal no período.

TABELA 4.2 - TOTAL DE EMPREGOS, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA, NO PARANÁ - 1980-86

ATIVIDADE	1980	1981	1982	1983	1984	1985*	1986**
Extração mineral	4 816	4 784	4 735	4 763	4 912	5 053	5 189
Indústrias de transformação	213 596	197 698	205 770	193 994	203 028	221 808	234 756
Serviços industriais e de utilidade pública	13 022	13 377	15 000	14 605	15 211	15 725	16 037
Construção civil	72 677	75 451	71 259	47 290	48 817	53 089	63 336
Comércio	144 754	150 771	158 168	157 104	166 440	176 775	180 410
Serviços	256 909	279 504	296 961	297 582	321 196	336 336	335 317
Administração pública	180 679	187 095	193 200	194 491	203 111	208 125	214 233
Agropecuária	13 814	16 624	21 942	21 245	22 298	21 891	20 847
Outros	27 347	30 345	38 439	41 602	48 235	48 663	48 723
TOTAL	927 614	955 649	1 005 474	927 676	1 033 248	1 087 465	1 118 848

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 1.A, Lei 4923/65

*O total de empregos para 1985 foi obtido acrescentando-se a 1984 a variação do nível de emprego registrada naquele ano pela Lei 4923/65

**Até junho/1986

TABELA 4.3 - TOTAL DE EMPREGOS, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA, NA RMC - 1980-86

ATIVIDADE	1980	1981	1982	1983	1984	1985*	1986**
Extração mineral	1 217	1 270	1 284	1 409	1 290	1 410	1 447
Indústrias de transformação	88 527	83 288	86 219	80 853	85 009	94 475	97 623
Serviços industriais e de utilidade pública	11 609	12 138	13 028	12 737	13 383	13 597	13 929
Construção civil	37 480	39 502	37 750	24 280	25 087	26 006	32 597
Comércio	51 169	53 449	55 366	55 576	58 077	61 743	62 435
Serviços	126 288	136 557	145 460	143 046	153 266	159 804	158 896
Administração pública	114 911	114 519	114 644	113 227	114 652	116 126	118 422
Agropecuária	2 621	2 710	4 151	3 229	2 551	2 462	2 405
Outros	12 129	8 101	7 784	6 919	6 839	7 241	7 213
TOTAL	445 951	451 534	465 686	441 276	460 154	482 864	494 967

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 1.A, Lei 4923/65

*O total dos empregos para 1985 foi obtido acrescentando-se a 1984 a variação do nível de emprego registrada naquele ano pela Lei 4923/65

**Até junho/1986

A nível desagregado,* observa-se que determinadas atividades econômicas passaram pelo período recessivo sem maiores alterações negativas aparentes na absorção da mão-de-obra.** Essa, no entanto, não foi a situação vivenciada por dois setores de grande peso na geração do PIB e do emprego paranaense: a indústria de transformação e a da construção civil. Em relação ao primeiro, a recuperação do emprego somente atinge os patamares de 1980 em 1985. Mas se se considerar que os dados da RAIS de 1980 estão subestimados, persiste a dúvida de quando se dá essa recuperação. No setor da construção civil isso só ocorrerá no final de 1986, devido à implementação do "Plano Cruzado" e conseqüente reforço de investimento nesse setor.

A partir das informações da PNAD, serão feitas considerações sobre os rumos da oferta de mão-de-obra com a recuperação da economia paranaense.

A redução dos níveis de atividade econômica entre 1981 e 1983 repercutiu negativamente sobre a geração de empregos. A oferta de mão-de-obra, no entanto, continuou se expandindo e, no caso das mulheres, o aumento da taxa de atividade reflete tendência já explicitada nos anos 70, como também a necessidade de as famílias se adaptarem à redução do salário real e ao elevado desemprego. Nesse sentido, as informações sobre

*Obedeceu-se à desagregação utilizada pela Lei 4923/65.

**A nível setorial, será o Terciário o setor a apresentar maiores problemas de cobertura, razão do comportamento favorável do período 1981-83.

desemprego aberto em outras regiões metropolitanas* apontam para um período maior de desemprego para os chefes de família. Garantindo a mulher uma renda mínima para a família, o homem podia se dedicar à busca de um emprego melhor remunerado.

TABELA 4.4 - PEA URBANA, SEGUNDO SEXO, NO PARANÁ - 1981-85

ANO	TOTAL	PEA			
		Homens	Taxa Anual de Crescimento (%)	Mulheres	Taxa Anual de Crescimento (%)
1981	1 875 912	1 281 610	-	594 302	-
1982	1 983 232	1 347 724	5,0	635 508	6,7
1983	2 029 978	1 356 945	0,7	678 033	5,7
1984	2 121 656	1 413 243	4,1	708 413	5,1
1985	2 233 440	1 455 363	2,9	778 077	9,4

FONTE: PNAD - IBGE

A recuperação da economia paranaense encontra um mercado de trabalho com alguns desequilíbrios que ainda poderão constituir restrições à continuidade do crescimento. Em termos de remuneração, em 1985 havia uma elevada proporção das pessoas ocupadas recebendo até dois salários mínimos: 46,7%. O segmento informal apresentava indicações de absorver elevado número de trabalhadores. Em 1985, os trabalhadores por conta própria e os não-remunerados representavam 42,0% das pessoas ocupadas. Além disso, foi esquecido qualquer tipo de preocupação com a formação e treinamento da mão-de-obra.

Considerando apenas o mercado de trabalho urbano, o cruzamento da oferta (PNAD) com a demanda por mão-de-obra (Lei 4923/65 e RAIS) aponta a formação de uma defasagem de 14,4% entre 1981 e 1985. Ou seja, mesmo com a retomada dos níveis de atividade de 1980, não houve uma expansão do emprego formal suficiente para absorver a PEA (tabela 4.5).

TABELA 4.5 - ESTIMATIVA DO DÉFICIT DE POSTOS DE TRABALHO, NO PARANÁ URBANO - 1981-85

ANO	PEA URBANA	VARIACÃO ABSOLUTA (A)	VARIACÃO ACUMULADA	CRESC. EMP. FORMAL	VARIACÃO ACUMULADA (B)	B-A	PEA (%)
1981	1 780 317	-	-	-	-	-	-
1982	1 857 935	77 618	77 618	50 465	50 465	(27 153)	-
1983	1 940 181	82 246	159 864	(32 798)	17 667	(142 197)	-
1984	2 067 377	127 196	287 060	60 572	78 572	(208 488)	-
1985	2 233 440	166 063	453 123	54 217	132 456	(320 667)	14,4

FONTE: RAIS, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Lei 4923/65 - Ministério do Trabalho, IPARDES

*A pesquisa mensal de emprego do IBGE, que fornece informações sobre desemprego aberto, não é realizada na RMC.

No final de 1985, já se esboçavam os primeiros sinais de falta de mão-de-obra qualificada* em alguns setores da economia, principalmente na indústria. O desemprego aberto não se apresentava mais como um problema emergente. A defasagem entre oferta e demanda de mão-de-obra estaria, então, associada à existência de um amplo segmento informal na economia paranaense.

Emerge, assim, a questão da adequação da oferta de mão-de-obra ao trabalho formal. Ao mesmo tempo em que há um informal de proporções significativas, surgem reclamações de "falta de braços", mesmo em setores em que o mercado de trabalho apresenta certa flexibilidade.

Há que considerar que o informal, apesar de ser muitas vezes associado à baixa remuneração, pode constituir uma opção, chegando mesmo a apresentar remuneração mais elevada que a oferecida pelo mercado formal. Além disso, a recessão violenta dos anos 80 pode ter gerado um certo temor nessas pessoas em novamente se assalariar.

Por outro lado, há um movimento crescente de trabalhadores sem-terra, haja vista a perspectiva da Reforma Agrária, que pode estar reduzindo o fluxo de migrantes para as áreas urbanas do Estado. Apesar disso, grande parte desse segmento constitui mão-de-obra à disposição das empresas organizadas, tendo o informal como uma alternativa temporária ao desemprego aberto.

Surge, assim, a questão da adequação dessa mão-de-obra em termos de especialização e enquadramento às normas do trabalho formal. Na verdade, esses trabalhadores, apesar de disponíveis, não se enquadram às exigências mínimas das empresas.

Nesse contexto, insere-se a discussão sobre a falta de mão-de-obra qualificada, que tem sido apontada pelos empresários como séria restrição ao crescimento da atividade econômica. Apesar de reclamações generalizadas, a escassez de pessoal especializado, em alguns casos, é um problema anterior à recessão. A crise veio obscurecer as deficiências do mercado de trabalho no Paraná em termos de formação e treinamento de mão-de-obra, havendo da parte das empresas um certo desmerecimento dessa função. Principalmente após o Plano de Estabilização, é possível identificar alguns setores nos quais as carências são realmente gritantes.

A construção civil, considerada a porta de entrada da população

*A visão inicial sobre a temática "trabalho qualificado" desenvolvido neste item formou-se a partir das discussões para elaboração dos "Cenários da Economia Paranaense" realizados pela equipe IPARDES/BADEP. Procura-se aqui analisar, mais detalhadamente alguns aspectos ali abordados, fundamentais para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho na atual conjuntura.

migrante que chega às grandes cidades, vem se ressentindo, desde o "Plano Cruzado", da falta de mão-de-obra. Tendo em vista o elevado nível de desemprego que assombrava o mercado de trabalho paranaense até 1984-85, é difícil conceber a falta de mão-de-obra num setor em que se exige baixíssimo nível de qualificação. Várias são as explicações dessa situação.

Houve no período recessivo um aumento da informalização dessa atividade. Segundo informações da RAIS, os pequenos estabelecimentos se expandiram generalizadamente entre 1981 e 1984. Mesmo considerando problemas de cobertura da pesquisa que envolveriam principalmente empresas de menor porte, a elevada magnitude desse aumento não poderia ser explicada apenas por isso. Parcela dos desempregados estaria buscando no auto-emprego sua sobrevivência (tabela 4.6).

TABELA 4.6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, NO PARANÁ - 1980-84

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*	1980	1981	1982	1983	1984
— 0	141	169	173	218	230
1 — 4	305	339	353	444	414
5 — 9	182	217	246	262	232
10 — 19	227	231	247	237	230
20 — 49	244	242	274	237	214
50 — 99	142	143	142	85	107
100 — 249	103	91	99	64	70
250 — 400	22	25	26	22	22
500 — 999	12	13	11	3	4
1 000 ou mais	4	4	3	4	4
TOTAL	1 382	1 474	1 574	1 576	1 527

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7

*Segundo número de empregos

O segundo elemento seria a evasão de mão-de-obra para outros estados, principalmente São Paulo. A reversão climática no Nordeste gerou uma migração de retorno oriunda de São Paulo. Restou como alternativa buscar outros mercados que suprissem a redução da oferta de mão-de-obra. Além da proximidade a São Paulo, a escolha do Paraná era uma opção pela alta produtividade do pessoal do setor.

Ademais, a explosão de movimentos de trabalhadores agrícolas sem-terra pode ter reduzido temporariamente a migração rural-urbana, que poderia contribuir para suprir essa deficiência.

É importante ressaltar que, diferentemente dos outros setores, a construção civil em 1985 não havia recuperado os níveis de emprego de 1980.

Segundo estimativas, somente em 1986, quando o setor deverá crescer próximo a 15%, haverá esta recuperação. Nesse sentido, pode-se afirmar que realmente houve uma redução da oferta de mão-de-obra no setor (ver tabelas 4.2 e 4.3).

No caso da indústria de transformação, dois gêneros estariam apresentando maiores restrições quanto à oferta de mão-de-obra qualificada: a indústria moveleira e a metal-mecânica. Na primeira, essa deficiência estrutural se deve à inexistência de escolas técnicas especializadas, além da obsolescência do equipamento utilizado. O resultado é um produto de baixa qualidade, havendo dificuldade em se trabalhar com alguns tipos de madeira, como o pinus, ou utilizar novos materiais. Nesse sentido, compreende-se que entre 1981 e 1984, período de grave redução no PIB da indústria moveleira, a mão-de-obra ocupada no setor formal (RAIS) permaneceu praticamente constante (tabela 4.7). Havia, assim, empenho em evitar a perda do trabalhador qualificado.

TABELA 4.7 - ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DO PIB NA INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO, NO PARANÁ - 1981-84
(Base 1980 = 100)

ANO	EMPREGO	PIB
1981	99	99
1982	110	97
1983	100	53
1984	100	50

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, IPARDES

No referente à metal-mecânica, a criação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC - na Região Metropolitana de Curitiba, fez com que ali fossem instaladas algumas indústrias, inclusive de grande porte, cuja maturação dos investimentos ocorreu no final dos anos 70. A alteração processada no perfil da indústria não foi totalmente acompanhada pelo mercado de trabalho. Assim, em 1980 já se percebiam sinais de escassez de pessoal qualificado para esse segmento. Entretanto, a recessão econômica foi pronunciada no setor metal-mecânico, obscurecendo esse problema. Algumas empresas, principalmente as de pequeno e médio porte, utilizaram a rotatividade — às vezes desmesuradamente — como forma de reduzir custos, contratando mão-de-obra mais barata. A retomada de seu crescimento em 1985 recolocou o problema da falta de mão-de-obra. Além disso, os baixos salários pagos no Paraná geraram certa evasão para outros estados. No entanto, considerando a elevação do salário real no Paraná em

1986, não se pode esquecer da "pirataria" entre empresas do próprio Estado, prejudicando basicamente as de menor porte.

Além dessa deficiência quase estrutural, algumas indústrias da metal-mecânica estão em expansão na RMC, o que certamente ocasionará uma pressão adicional sobre o mercado de trabalho. Será necessário readequar as escolas existentes tanto em termos de número de vagas quanto de equipamento.

No Terciário, a principal atividade afetada pela falta de pessoal qualificado é a ligada à hotelaria. Mesmo existindo escolas técnicas no Estado, principalmente Curitiba está se ressentindo da falta de mão-de-obra. A maior parte do pessoal treinado nas escolas desloca-se para outros estados que possuem maiores atrativos turísticos ou já se consolidaram como centros comerciais e industriais.

Como um paradoxo a essa situação, o sistema financeiro vem reduzindo drasticamente o número de pessoas ocupadas em função das alterações introduzidas pelo Plano de Estabilização Econômica.

Mais uma vez, é necessário que o mercado de trabalho se reestruture para adequar essa mão-de-obra a outras ocupações. Ou seja, não é simplesmente o crescimento econômico que irá promover a completa absorção da mão-de-obra disponível. É necessário promover políticas de formação e treinamento da força de trabalho para compatibilizar oferta e demanda, eliminando os estrangulamentos atuais. Além disso, requer-se a elevação dos salários reais. Como colocado por Paulo Renato Souza,

(....) os baixíssimos níveis salariais pagos à mão-de-obra não-qualificada fazem com que não se cumpra uma condição que ajudaria a "transformação" dos hábitos da mão-de-obra a percepção da idéia de satisfação de necessidade de consumo e de progresso econômico individual através do trabalho regular e assalariado.²⁰

Nesse caso, pode-se dizer que nem mesmo economicamente justifica-se a saída do informal para algumas categorias de trabalhadores.

A formação e treinamento da mão-de-obra para o mercado de trabalho passam por duas instâncias: a escola formal e a técnica. No que se refere ao ensino formal, desde 1964 este vem sendo atrelado às necessidades mais imediatas das empresas, resultando no tecnicismo atualmente predominante nas escolas e na deterioração da sua qualidade.

Além disso, há que considerar a saída de jovens para o mercado de

²⁰ SOUZA, Paulo Renato. Emprego, salários ... p.45.

trabalho sem completar o ensino formal, existindo inclusive elevado número de analfabetos. Isso compromete seriamente o enquadramento dessa mão-de-obra às normas do trabalho organizado e, principalmente, dificulta a assimilação do treinamento para o posto de trabalho. Assim, é fundamental que o Estado se empenhe na melhoria da qualidade do ensino e no oferecimento de um número maior de vagas, distribuídas adequadamente, de acordo com a localização da população carente. As profundas alterações na estrutura urbana durante os anos 70 tornaram inadequada a distribuição espacial das escolas, principalmente aquelas localizadas nas áreas rurais.

No que se refere às escolas técnicas, durante o período de crise houve um completo esquecimento por parte do Estado e mesmo dos empresários da sua necessidade, haja vista uma oferta relativamente abundante de mão-de-obra especializada. Além disso, os baixos salários não incentivavam a força de trabalho jovem a se especializar tecnicamente.

O reaquecimento da economia depara-se com essas escolas desaparelhadas tecnicamente, desconhecendo as reais necessidades do mercado, com professores geralmente desqualificados e oferecendo vagas reduzidas. É fundamental a participação do Estado no sentido de disciplinar sua atuação, agindo não só como intermediário entre escola e empresa, mas também financiando seu reaparelhamento.

Além disso, na maioria dos casos, as próprias empresas devem contribuir nesse treinamento, visando à adequação do trabalhador a seu posto de trabalho. Na verdade, as escolas preparam a mão-de-obra para o mercado de trabalho e não para um posto de trabalho específico.

Além da questão da não-adequação da mão-de-obra disponível às necessidades das empresas, principalmente para o setor industrial, a recessão esbarra em uma consequência mais grave, que talvez não tenha retorno: a saída do mercado de trabalho e consequente marginalização do indivíduo, colocada durante todo o período da crise como uma realidade inquestionável. Entretanto, foi raramente discutida a possibilidade de sua reversão.

ANEXO

TABELA A.1 - NÚMERO DE EMPREGOS, POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA DO TERCIÁRIO, NO PARANÁ - 1984

ATIVIDADE	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*										TOTAL
	→0	1→4	5→9	10→19	20→49	50→99	100→249	250→499	500→999	1 000 ou mais	
Serviços de transportes	0	2 541	2 874	3 943	6 330	4 911	7 262	6 325	4 447	0	38 633
Serviços de comunicações	0	519	628	1 167	1 229	1 536	1 710	1 980	874	3 046	12 689
Serviços de alojamento e alimentação	0	3 597	3 045	2 998	3 540	2 165	1 456	0	0	0	16 801
Serviços de reparação, manutenção e conservação	0	2 242	1 325	1 155	1 249	1 074	479	0	610	0	8 134
Serviços pessoais	0	2 527	2 562	3 500	5 281	4 218	4 823	1 190	515	0	24 616
Serviços comerciais	0	4 810	4 218	5 071	7 255	5 343	9 459	5 582	6 527	13 081	61 346
Serviços de diversões	0	172	168	126	58	58	0	0	0	0	602
Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	-	211	336	629	1 064	460	795	818	0	8 884	13 195
Entidades financeiras	0	449	2 661	6 213	14 815	11 340	8 963	3 830	1 875	6 873	56 319
Comércio atacadista	0	3 825	4 581	5 324	7 237	4 581	3 306	1 597	832	0	31 283
Comércio varejista	-	25 437	21 718	23 033	25 597	16 457	15 792	3 907	2 788	1 011	135 760
Comércio, incorporação, loteamento e administração de imóveis	0	798	542	374	495	470	295	0	0	0	2 974
Cooperativas	0	325	739	1 394	3 079	3 298	7 137	3 593	2 901	2 279	24 745
Fundações, entidades e associações não-lucrativas	0	2 848	3 211	4 105	6 576	6 743	9 699	8 055	5 865	15 901	63 003
Administração pública direta e autárquica	0	687	661	799	1 557	5 910	28 526	29 290	26 932	108 949	203 311
TOTAL	0	50 988	49 289	59 851	85 362	68 564	99 702	66 167	54 166	159 324	693 413
TOTAL Exclusivo Adm. Pública	0	50 301	48 628	59 052	83 805	62 654	71 176	36 677	27 234	50 375	490 102

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7.0

*Segundo número de empregos

TABELA A.2 - NÚMERO DE EMPREGOS, POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA DO TERCIÁRIO, NA RMC - 1984

ATIVIDADE	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*										TOTAL
	→0	1→4	5→9	10→19	20→49	50→99	100→249	250→499	500→999	1 000 ou mais	
Serviços de transportes	0	607	871	1 176	2 352	2 505	4 397	3 365	2 074	0	17 347
Serviços de comunicações	0	74	77	245	238	303	768	948	874	3 046	6 573
Serviços de alojamento e alimentação	0	1 235	1 409	1 578	1 735	1 097	493	0	0	0	7 547
Serviços de reparação, manutenção e conservação	0	767	479	415	623	634	135	0	0	0	3 053
Serviços pessoais	0	1 210	1 051	1 159	2 093	1 747	3 000	489	515	0	11 264
Serviços comerciais	0	2 235	2 037	2 360	3 942	3 097	5 374	3 543	5 991	11 710	40 289
Serviços de diversões	0	59	54	68	38	58	0	0	0	0	277
Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	0	173	245	522	922	460	545	479	0	8 884	12 230
Entidades financeiras	0	178	511	943	3 445	4 272	4 950	1 976	1 875	6 173	24 323
Comércio atacadista	0	902	1 244	1 376	2 047	1 898	1 805	412	832	0	10 516
Comércio varejista	0	6 727	6 447	6 476	7 209	5 113	8 452	3 269	2 221	1 011	46 925
Comércio, incorporação, loteamento e administração de imóveis	0	412	519	175	388	281	295	0	0	0	2 070
Cooperativas	0	20	39	66	264	0	343	250	0	0	982
Fundações, entidades e associações não-lucrativas	0	704	907	1 324	2 158	3 181	4 953	4 561	2 453	8 849	29 085
Administração pública direta e autárquica	0	55	297	416	580	905	2 866	5 855	12 508	91 222	114 704
TOTAL	0	15 358	16 182	18 299	28 034	25 551	38 376	25 147	29 343	130 895	327 185
TOTAL Exclusivo Adm. Pública	0	15 303	15 885	17 883	27 454	24 646	35 510	19 292	16 835	39 673	212 481

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7.0

*Segundo número de empregos

TABELA A.3 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE EMPREGOS, POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA DO TERCIÁRIO, NO PARANÁ - 1984

ATIVIDADE	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*										TOTAL
	→0	1→4	5→9	10→19	20→49	50→99	100→249	250→499	500→999	1 000 ou mais	
Serviços de transportes	0,0	6,6	7,3	10,2	16,5	12,7	18,8	16,4	11,5	0,0	100,0
Serviços de comunicações	0,0	4,1	4,9	9,2	9,7	12,1	13,5	13,6	6,9	24,0	100,0
Serviços de alojamento e alimentação	0,0	21,3	18,1	17,8	21,1	12,9	8,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Serviços de reparação, manutenção e conservação	0,0	27,6	16,2	14,2	15,4	13,2	5,9	0,0	7,5	0,0	100,0
Serviços pessoais	0,0	10,3	10,5	14,2	21,5	17,1	19,6	4,8	2,1	0,0	100,0
Serviços comerciais	0,0	7,8	7,0	8,2	11,8	8,7	15,4	9,2	10,6	21,3	100,0
Serviços de diversões	0,0	28,6	31,2	21,0	9,6	9,6	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	0,0	1,6	2,5	4,8	8,1	3,5	6,0	6,2	0,0	67,3	100,0
Entidades financeiras	0,0	0,8	4,7	11,0	26,3	20,1	15,9	6,8	3,4	11,0	100,0
Comércio atacadista	0,0	12,2	14,6	17,0	25,1	14,6	10,6	5,1	2,8	0,0	100,0
Comércio varejista	0,0	18,7	16,1	17,0	18,8	12,1	11,6	2,9	2,1	0,7	100,0
Comércio, incorporação, loteamento e administração de imóveis	0,0	26,8	18,2	12,6	16,6	15,8	10,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Cooperativas	0,0	1,4	2,9	5,6	12,4	13,4	28,9	14,5	11,7	9,2	100,0
Fundações, entidades e associações não-lucrativas	0,0	4,5	5,1	6,5	10,4	10,7	15,4	12,8	9,3	25,3	100,0
Administração pública direta e autárquica	0,0	0,3	0,3	0,4	0,8	2,9	14,0	14,4	13,3	53,6	100,0
TOTAL	0,0	7,4	7,1	8,6	12,3	9,9	14,4	9,5	7,8	23,0	100,0
TOTAL Exclusivo Adm. Pública	0,0	10,3	9,9	12,1	17,1	12,8	14,5	7,5	5,5	10,3	100,0

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7.0

*Segundo número de empregos

TABELA A.4 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE EMPREGOS, POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA DO TERCIÁRIO, NA RMC - 1984

ATIVIDADE	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*										TOTAL
	→0	1→4	5→9	10→19	20→49	50→99	100→249	250→499	500→999	1 000 ou mais	
Serviços de transportes	0,0	3,5	5,0	6,8	13,6	14,4	25,3	19,4	12,0	0,0	100,0
Serviços de comunicações	0,0	1,1	1,2	3,7	3,6	4,6	11,7	14,4	13,3	46,4	100,0
Serviços de alojamento e alimentação	0,0	16,4	18,7	20,9	23,0	14,5	6,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Serviços de reparação, manutenção e conservação	0,0	25,1	15,6	13,6	20,4	20,9	4,4	0,0	0,0	0,0	100,0
Serviços pessoais	0,0	10,7	9,4	10,3	18,6	15,5	26,6	4,3	4,6	0,0	100,0
Serviços comerciais	0,0	5,5	5,2	5,9	9,8	7,7	13,3	8,7	14,9	29,0	100,0
Serviços de diversões	0,0	21,3	19,6	24,5	15,7	20,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	0,0	1,4	2,0	4,2	7,5	3,8	4,5	3,9	0,0	72,6	100,0
Entidades financeiras	0,0	0,7	2,1	3,9	14,2	17,6	20,4	8,0	7,7	25,4	100,0
Comércio atacadista	0,0	8,6	11,8	13,1	19,5	18,0	17,2	3,9	7,9	0,0	100,0
Comércio varejista	0,0	14,3	15,7	13,8	15,4	10,9	18,1	7,0	4,7	2,1	100,0
Comércio, incorporação, loteamento e administração de imóveis	0,0	20,0	25,0	8,5	18,7	13,6	14,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Cooperativas	0,0	2,0	4,0	6,7	26,9	0,0	34,9	25,5	0,0	0,0	100,0
Fundações, entidades e associações não-lucrativas	0,0	2,4	3,1	4,6	7,4	11,0	17,0	15,7	8,4	30,4	100,0
Administração pública direta e autárquica	0,0	0,05	0,25	0,4	0,5	0,8	2,5	5,1	10,9	79,5	100,0
TOTAL	0,0	4,7	4,9	5,6	8,6	7,8	11,7	7,7	8,9	40,1	100,0
TOTAL Exclusivo Adm. Pública	0,0	7,2	7,4	8,4	12,9	11,6	16,7	2,1	7,9	18,6	100,0

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7.0

*Segundo número de empregos

TABELA A.5 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA DO TERCIÁRIO, NO PARANÁ - 1984

ATIVIDADE	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*										TOTAL
	-0	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-249	250-499	500-999	1.000 ou mais	
Serviços de transportes	240	1 225	437	285	221	71	46	17	6	0	2 538
Serviços de comunicações	10	284	93	87	41	24	10	6	1	1	557
Serviços de alojamento e alimentação	780	1 979	461	228	120	32	9	0	0	0	3 609
Serviços de reparação, manutenção e conservação	298	1 229	211	88	42	16	3	0	1	0	1 888
Serviços pessoais	249	1 209	393	260	172	59	34	3	1	0	2 380
Serviços comerciais	717	2 410	647	375	243	76	63	17	10	8	4 568
Serviços de diversões	23	79	31	11	2	1	0	0	0	0	147
Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	14	82	52	43	33	7	5	2	0	1	239
Entidades financeiras	27	174	368	453	473	168	61	10	3	2	1 743
Comércio atacadista	317	1 877	696	398	236	69	22	5	1	0	3 821
Comércio varejista	3 162	13 134	3 329	1 721	864	241	108	11	4	1	22 595
Comércio, incorporação, loteamento e administração de imóveis	106	441	85	27	16	8	2	0	0	0	685
Cooperativas	13	136	111	103	100	49	45	12	5	2	576
Fundações, entidades e associações não-lucrativas	109	1 436	487	304	217	96	63	23	9	8	2 752
Administração pública direta e autárquica	23	341	99	59	50	81	177	86	36	24	976
TOTAL	6 288	26 056	7 500	4 444	2 822	998	630	192	77	47	49 074
TOTAL Exclusivo Adm. Pública	6 265	25 715	7 401	4 385	2 772	917	633	106	41	23	48 098

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7.0

*Segundo número de empregos

TABELA A.6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA DO TERCIÁRIO, NA RMC - 1984

ATIVIDADE	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*										TOTAL
	-0	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-249	250-499	500-999	1.000 ou mais	
Serviços de transportes	63	280	130	84	73	35	25	9	3	0	706
Serviços de comunicações	4	29	11	17	8	5	5	3	1	1	84
Serviços de alojamento e alimentação	230	639	211	121	61	16	4	0	0	0	1 290
Serviços de reparação, manutenção e conservação	96	418	75	32	21	9	1	0	0	0	652
Serviços pessoais	117	562	159	83	67	25	20	1	1	0	1 037
Serviços comerciais	333	1 121	312	172	133	43	35	11	9	7	2 180
Serviços de diversões	2	26	9	6	1	1	0	0	0	0	45
Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	7	66	38	34	28	7	3	1	0	1	185
Entidades financeiras	12	79	72	68	108	65	32	5	3	2	446
Comércio atacadista	109	416	189	104	91	28	11	1	1	0	930
Comércio varejista	833	3 405	984	488	247	74	56	9	3	1	6 102
Comércio, incorporação, loteamento e administração de imóveis	56	217	48	13	12	5	2	0	0	0	353
Cooperativas	1	10	6	5	8	0	2	1	0	0	33
Fundações, entidades e associações não-lucrativas	23	357	136	95	72	43	31	14	4	4	779
Administração pública direta e autárquica	5	21	46	31	19	13	18	16	13	13	197
TOTAL	1 905	7 646	2 426	1 355	931	371	245	71	40	29	15 039
TOTAL Exclusivo Adm. Pública	1 900	7 625	2 380	1 324	932	358	227	55	25	16	14 842

FONTE: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7.0

*Segundo número de empregos

TABELA A.7 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS, POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA DO TERCIÁRIO, NO PARANÁ - 1984

ATIVIDADE	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*										TOTAL
	<=0	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-249	250-499	500-999	1 000 ou mais	
Serviços de transportes	9,5	48,3	17,2	11,2	8,3	2,8	1,8	0,7	0,2	0,0	100,0
Serviços de comunicações	1,8	51,0	16,7	15,6	7,3	4,3	1,8	1,1	0,2	0,2	100,0
Serviços de alojamento e alimentação	21,6	34,8	12,8	6,3	3,3	0,9	0,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Serviços de reparação, manutenção e conservação	13,8	63,1	11,2	4,6	2,2	0,8	0,2	0,0	0,1	0,0	100,0
Serviços pessoais	10,5	50,8	16,5	10,9	7,2	2,5	1,5	0,1	0,0	0,0	100,0
Serviços comerciais	13,7	52,8	14,2	8,2	5,3	1,6	1,6	0,3	0,2	0,1	100,0
Serviços de diversões	13,6	53,7	21,1	7,3	1,4	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	3,9	34,3	21,8	18,0	13,8	2,9	2,1	0,8	0,0	0,4	100,0
Entidades financeiras	1,5	10,0	21,1	26,1	27,3	9,6	3,5	0,6	0,2	0,1	100,0
Comércio atacadista	13,6	49,1	18,2	10,4	6,2	1,8	0,6	0,1	0,0	0,0	100,0
Comércio varejista	14,0	58,2	14,7	7,6	3,8	1,1	0,5	0,1	0,0	0,0	100,0
Comércio, incorporação, loteamento e administração de imóveis	13,5	64,4	12,4	3,9	2,3	1,2	0,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Cooperativas	2,2	23,6	19,3	17,9	17,4	8,5	7,8	2,1	0,9	0,3	100,0
Fundações, entidades e associações não-lucrativas	4,0	52,2	17,7	11,0	7,9	3,5	2,3	0,8	0,3	0,3	100,0
Administração pública direta e autárquica	2,4	34,9	10,2	6,0	3,1	8,3	18,1	8,8	3,7	2,3	100,0
TOTAL	12,8	53,1	15,3	9,1	5,7	2,0	1,3	0,4	0,2	0,1	100,0
TOTAL Exclusivo Adm. Pública	12,8	51,4	16,0	8,9	6,3	2,4	1,5	0,4	0,2	0,1	100,0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7.0

*Segundo número de empregos

TABELA A.8 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS, POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA DO TERCIÁRIO, NA PARANÁ - 1984

ATIVIDADE	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO*										TOTAL
	<=0	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-249	250-499	500-999	1 000 ou mais	
Serviços de transportes	9,2	39,7	18,4	11,9	10,6	3,0	3,3	1,3	0,4	0,0	100,0
Serviços de comunicações	4,8	34,3	13,0	20,2	9,5	6,0	5,0	3,6	1,2	1,2	100,0
Serviços de alojamento e alimentação	18,5	49,5	16,4	9,4	4,7	1,2	0,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Serviços de reparação, manutenção e conservação	14,7	64,1	11,5	4,9	3,2	1,4	0,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Serviços pessoais	11,3	34,2	15,3	8,2	6,5	2,4	1,9	0,1	0,1	0,0	100,0
Serviços comerciais	13,4	51,4	14,3	7,9	6,1	2,1	1,6	0,5	0,4	0,3	100,0
Serviços de diversões	4,5	57,8	20,0	13,3	2,2	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Escritórios centrais e regionais de gerência e administração	3,8	33,7	20,5	18,4	13,2	3,8	1,6	0,5	0,0	0,5	100,0
Entidades financeiras	2,7	17,7	16,1	15,3	24,2	14,6	7,2	1,1	0,7	0,4	100,0
Comércio atacadista	11,5	43,8	19,9	10,9	9,6	2,9	1,2	0,1	0,1	0,0	100,0
Comércio varejista	13,7	55,8	16,1	8,0	4,0	1,2	0,9	0,2	0,0	0,0	100,0
Comércio, incorporação, loteamento e administração de imóveis	13,9	61,3	13,6	3,7	3,4	1,4	0,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Cooperativas	3,0	30,3	18,2	15,2	24,2	0,0	6,1	3,0	0,0	0,0	100,0
Fundações, entidades e associações não-lucrativas	3,0	45,8	17,5	12,2	9,2	3,3	4,0	1,8	0,5	0,5	100,0
Administração pública direta e autárquica	2,6	10,7	23,4	13,7	9,6	6,6	9,1	8,1	7,6	6,6	100,0
TOTAL	12,7	50,8	16,1	9,0	6,3	2,3	1,6	0,3	0,3	0,2	100,0
TOTAL Exclusivo Adm. Pública	13,0	53,4	15,3	9,1	5,7	1,9	1,3	0,2	0,1	0,0	100,0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho, tabela 7.0

*Segundo número de empregos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALGUMAS observações sobre a evolução recente no produto interno bruto paranaense. Análise conjuntural, Curitiba, 7(11):4-7, nov. 1985.
- 2 ARIAS, Alfonso Rodrigues. Nota sobre a metodologia de cálculo dos índices de emprego a partir dos dados da Lei 4923/65. s.n.t. Mimeografado.
- 3 _____. Observaciones sobre las encuestas domiciliarias contínuas en Brasil. s.l., 1985. Trabalho apresentado ao Seminário sobre el Mejoramiento del Sistema de Estadísticas sobre el Mercado de Trabajo en América Latina, PREALC/OIT, ago. 1985.
- 4 _____. A produção e o aproveitamento dos dados sobre atributos individuais (módulo II) da Lei 4923/65. s.l., s. ed., 1985. Mimeografado.
- 5 AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de, org. O emprego no Rio Grande do Sul: RAIS, PNAD e PME. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1985. 163p.
- 6 BRASIL. Leis, decretos, etc. Consolidação das leis do trabalho e legislação complementar: em ordem alfabética e cronológica. 47.ed. São Paulo, Atlas, 1978. 999p.
- 7 BRASIL. Ministério do Trabalho. Cadastro geral de empregados e desempregados (Lei 4923/65); manual de instruções - Sistema 4923. Brasília, 1984.
- 8 _____. Nota técnica sobre o processamento dos formulários do cadastro geral de empregados e desempregados, Lei 4923/65; circular nº 160/85, em 20.11.85. Brasília, 1985.
- 9 CACCIAMALI, Maria Cristina. Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo, USP, Instituto de Pesquisa Econômica, 1983.
- 10 CAMARGO, José Marcio. Utilização da RAIS como fonte de informações: vantagens e desvantagens. Rio de Janeiro, PUC. Departamento de Economia, 1984. Mimeografado.
- 11 CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- 12 CIMINELLI, Rossana Ribeiro. Expansão industrial e estrutura do mercado de trabalho em Minas Gerais 1970/84. Belo Horizonte, 1984. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.
- 13 COOPERATIVAS paranaenses. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(1):8-10, jan. 1986.
- 14 CONJUNTURA ECONÔMICA, Rio de Janeiro, FGV, v.40, n.2, fev. 1986.
- 15 DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Maurício Borges. Mudanças no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(2):32-42, fev. 1986.
- 16 O EMPREGO no setor público do Paraná. Análise Conjuntural, Curitiba, 5(2):1-3, fev./mar. 1983.
- 17 EVOLUÇÃO recente da indústria agroalimentar no Paraná. Análise Conjuntural, Curitiba, 7(8):4-7, ago. 1985.
- 18 FLEISCHFRESSER, Vanessa. A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes regionais e conseqüências sócio-econômicas. Itaguai, 1984. 318f. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- 19 FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico Brasil: 1970, 1980. Rio de Janeiro, 1973-1983.

- 20 _____. Censo demográfico Paraná: 1970, 1980. Rio de Janeiro, 1973-1983.
- 21 _____. Censo industrial Paraná: 1975, 1980. Rio de Janeiro, 1979-1984.
- 22 _____. Metodologia da pesquisa nacional por amostra de domicílios na década de 70. Rio de Janeiro, 1981. 698p. (Série Relatórios Metodológicos, 1)
- 23 _____. IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Avaliação do alcance e limites da RAIS e Lei 4923/65. Curitiba, 1986. Versão Preliminar.
- 24 _____. Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. Curitiba, 1985. 110f.
- 25 _____. Estudos para uma política de desenvolvimento industrial do Paraná. Curitiba, 1981. v.4. Convênio MIC/SEIC/SEPL/IPARDES.
- 26 _____. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982. 72p. Convênio SEPL/IPARDES.
- 27 _____. Produto interno bruto do Paraná 1970-84. Curitiba, 1985. 63f.
- 28 JANOWITZER, Rejane Gondim. A automação bancária no Brasil. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 40(2):185-9, fev. 1986.
- 29 MELLO NETO, Jorge Silveira. Lei 4923/65-cadastro geral de empregados e desempregados. s.n.t. Mimeografado.
- 30 NOTA sobre o desempenho recente da economia paranaense e os prováveis efeitos da estiagem. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(1):1-3, jan. 1986.
- 31 OLIVEIRA, Francisco de. O terciário e a divisão social do trabalho. ESTUDOS CEBRAP, São Paulo, (24):137-68, s.d.
- 32 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, Paraná, Rio de Janeiro, v.5, t.7, 1981; v.6, t.10, 1982; v.7, t.14, 1983; v.8, t.5, 1984.
- 33 REINHARD, Nicolau. Informações estatísticas para área do trabalho. Curitiba, 1985. Palestra proferida no IPARDES em abr. 1985.
- 34 SABÓIA, João L. M. & TOLIPAN, Ricardo de M. L. A estrutura do emprego industrial no Brasil e a recessão dos anos 80. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1986.
- 35 _____. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e seu potencial como fonte de dados sobre o mercado formal de trabalho no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 12., São Paulo, 5-7 dez. 1984. Anais. Recife, ANPEC, 1984. v.2, p.912-36.
- 36 SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 10.ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. 151p.
- 37 _____. A economia dos serviços. Estudos CEBRAP, São Paulo, (24):127-35, s.d.
- 38 _____. Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. 2. ed. São Paulo, HUCITEC-1979. 198p. (Economia & Planejamento: Série Teses e Pesquisas).
- 39 SOUZA, Paulo Renato. Salário e mão-de-obra excedente. In: _____. Emprego, salários e pobreza. São Paulo, HUCITEC; /CAMPINAS/ Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1980. p.7-56. (Economia e Planejamento: Série Teses e Pesquisas).
- 40 SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira em 1985/86: desempenho e política. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Centro de Estudos de Conjuntura, s.d. Mimeografado.
- 41 VERGARA, Dulce Helena. A RAIS e o mercado de trabalho gaúcho - 1980-83. Indicadores Econômicos RS, Porto Alegre, 13(2):23-33, ago. 1985.